



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 34

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1966

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÕES CONJUNTAS

##### DESTINADAS À APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

*Dia 12 de abril:*

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.548-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-56 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 239-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

*Dia 13 de abril:*

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa impressa, escrita ou televisada;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.629-B-65 na Câmara e nº 275-65 no Senado, que modifica a Lei nº 4.592, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

*Dia 14 de abril:*

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.395-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a construir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. — SOTELCA".

*Dias 24 e 27 de abril:*

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 231-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viacao" estabelecido na Lei nº 4.592, de 29-12-64.

*Dia 28 de abril:*

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das

Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Contrach Nunes";

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

*Dia 10 de maio:*

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências.

*Dias 11 e 12 de maio:*

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 231-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Publicado no D.C.N. de 25-3-1966.

Republicado por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 6, de 1966

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia.*

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 26 de dezembro de 1958, denegatório de registro a termo, de 19 de novembro de 1958, de rescisão amigável do contrato, de 30 de dezembro de 1950, celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia., para fornecimento de 16 conjuntos amplificadores para rádio-frequência.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

ATA DA 23ª SESSÃO,  
EM 29 DE MARÇO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,  
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA  
ANDRADE E GILBERTO MARI-  
NHO.

As 14 horas e 30 minutos  
acham-se presentes os Senhores

Senadores:  
Adalberto Sena  
Oscar Passos.

Cattete Pinheiro.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Manoel Vilça.  
Pessoa de Queiroz.  
Ermirio de Moraes.  
Silvestre Péricles.  
Heribaldo Vieira.  
Josaphat Marinho.  
Eurico Rezende.  
Afonso Arinos.  
Aurélio Vianna.  
Nogueira da Gama.  
Moura Andrade.  
João Abrahão.  
Pedro Ludovico.

Bezerra Neto.  
Irineu Bornhausen.  
Antônio Carlos.  
Atilio Fontana.  
Guido Mondin.  
Daniel Krieger.  
Gay da Fonseca (24).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.  
Vai se lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

**EXPEDIENTE**  
**MENSAGENS**

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

**Mensagem nº 39, de 1966**

(Nº 102, DE 1966, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, resolvi negar sanção do Projeto de Lei na Câmara nº 504-C-63 (no Senado nº 3-66) que dispõe sobre a aplicação de verbas orçamentárias, em investimentos, e dá outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

Razões: A proposição em causa revigra, para as dotações orçamentárias de que trata, o período adicional ao exercício financeiro, colidindo com a técnica de execução orçamentária e desfigurando o orçamento-programa. Além disso, há conflito com os princípios de "Restos a Pagar", característica fundamental do regime de competência, que tem por finalidade evidenciar as despesas efetivamente realizadas e os compromissos no exercício financeiro. A medida, também confunde o cumprimento do disposto no parágrafo 4º do art. 77 da Constituição Federal, que estabelece normas e prazos de prestação de contas pelo Presidente da República, com parecer e relatório prévio do Tribunal de Contas. Finalmente, o projeto contraria princípio já devidamente disciplinado nas leis que regem a matéria, especialmente a Lei número 4.320, de 17 de março de 1964, quebrando a unidade do sistema estabelecido.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 23 de março de 1966.  
— H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE**  
**O VETO**

Dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e as vinculadas a contratos, acordos ou convênios, quando entregues ou à disposição dos respectivos setores administrativos, nos últimos 2 (dois) meses do exercício financeiro, serão pagas ou aplicadas, inclusive na parte referente ao custeio de mão-de-obra, até 30 (trinta) de junho do exercício seguinte.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo deverão ser de-

**EXPEDIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,
Ano .....	Cr\$ 96
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 126,

**FUNCIONÁRIOS**

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39-
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

positados, em conta especial no Banco do Brasil S. A. ou à sua falta, na Caixa Econômica Federal, ou em estabelecimentos bancários oficiais em nome do órgão a que forem consignados, ou do executor do ajuste, se houver.

Art. 2º A utilização dos créditos de que trata a presente Lei será feita de acordo com plano de aplicação submetido à aprovação do respectivo Ministro de Estado.

Art. 3º Os executores de acordos, ou executores diretos dos planos de aplicação aprovados, poderão delegar suas atribuições a servidores federais, estaduais e municipais, efetivos e idôneos, excetuada a movimentação das contas vinculadas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

**Mensagem nº 40, de 1966**

(Nº 103, DE 1966, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.010-B de 1964 (no Senado nº 140-65), que revigora, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas, e dá outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor.

Trata-se de iniciativa, com o objetivo de revigorar o Decreto-lei número 8.778, de 22 de janeiro de 1946,

que permitiu a habilitação profissional de praticas, com mais de dois anos de exercício em estabelecimentos hospitalares e que vigorou até o ano de 1964.

Os órgãos competentes do Ministério da Saúde, Divisão de Organização Hospitalar e Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Departamento Nacional de Saúde, opinaram, contrariamente, à conveniência de revogar-se a medida, que viria vulnerar a sistemática que a legislação posterior inaugurou.

Por outro lado, o XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em julho de 1964, na Bahia, também aprovou indicação contrária ao pretendido revigoramento do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, considerando, entre outros fundamentos, a circunstância de que já existem no Brasil, em funcionamento, 72 cursos ou Escolas de Auxiliares de Enfermagem que, num período de 2 anos de ensino, oferecem possibilidades de melhor preparo do pessoal auxiliar de serviços hospitalares.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 23 de março de 1966.  
— H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE**  
**O VETO**

Revigora, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revigorado, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde notificará as instituições hospitalares que se utilizam dos serviços de enfermeiras e parteiras práticas, no prazo previsto neste artigo, se religiosas ou leigas, para que estas, submetam aos exames de habilitação nos termos do citado Decreto-lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

**OFÍCIOS**

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, as seguintes proposições:

**Projeto de Lei da Câmara**

Nº 30, de 1966

(Nº 825-E/63, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o pagamento parcelado dos débitos das Prefeituras e de outros devedores da Previdência Social e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos dos Municípios para com instituições de previdência social a que estejam ou tenham estado vinculados, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Para o efeito do disposto no presente artigo, deverão os acordos ser firmados no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da vigência desta lei.

Art. 2º A forma de liquidação prevista no artigo anterior aplicar-se-á, igualmente, em caráter especial:

a) às sociedades de economia mista nas quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto pertençam aos Municípios;

b) às autarquias, fundações e demais entidades vinculadas aos Municípios;

c) às sociedades esportivas e recreativas;

d) aos hospitais, organizações de assistência social, entidades de educação e ensino e instituições de fins filantrópicos, desde que enquadrados na Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959.

Art. 3º Os acordos com Municípios estipularão que elas se obriguem a destinar anualmente, como parcela da liquidação dos débitos, de que trata esta lei, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) da quota do Imposto de Renda, que lhes competir nos termos do art. 15, § 4º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, à vista do acordo, reterá a parcela convencionada, depositando-a imediatamente no Banco do Brasil S.-A. à conta do Instituto intercedido.

Art. 4º Serão objeto dos acordos os débitos apurados até o mês imediatamente anterior à data da respectiva assinatura, inclusive as dividas já ajuizadas.

Art. 5º Não se aplicam, em qualquer hipótese, aos débitos que venham a ocorrer após a assinatura dos acordos, as formas especiais e demais exceções constantes desta lei, incidindo sobre tais débitos a legislação e normas comuns e gerais que regem a espécie.

Art. 6º Vencida uma parcela e não paga até o vencimento da parcela seguinte, considerar-se-á vencida a dívida global e rescindido, de pleno direito, o acordo de parcelamento.

Art. 7º Para o efeito do disposto nesta lei, consideram-se débito as importâncias correspondentes:

I — às contribuições de previdência;

II — às dívidas relativas a contribuições devidas a terceiros;

III — às consignações de segurados devidas;

IV — às taxas que têm a denominação genérica de "quota de previdência";

V — a quaisquer outras dívidas de qualquer natureza para com os Institutos de Previdência;

VI — aos juros de mora e aos vencidos que incidem sobre o débito.

Parágrafo único. Os débitos terão isenção das multas e da aplicação da correção monetária de que trata a Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

Art. 8º Em casos especiais o pagamento do débito poderá ser feito, total ou parcialmente, em imóveis, títulos da dívida pública, ações de sociedades de economia mista, carta de crédito ou outro documento hábil emitido, pelo restabelecimento oficial de crédito que tenha deferido ao titular do débito algum financiamento.

Art. 9º Excetuadas as entidades referidas nos arts. 1º e 2º desta lei, toda e qualquer dívida para com a Previdência Social, em valor global de até Cr\$ 600.000 (seiscentos mil cruzeiros), mesmo aquelas a que se referem as alíneas "a" e "c" do § 8º do art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, poderá ser liquidada em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, a partir do mês subsequente à promulgação desta lei, com isenção das multas e da aplicação da correção monetária.

Art. 10. O Poder Executivo expedirá, dentro de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta lei, o respectivo regulamento.

Art. 11. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Legislação Social e de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 31, de 1966

(Nº 2.158-B/60, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — do crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para pagamento de diferença salarial e marítimos e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — o crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença salarial aos marítimos da Região do Alto Paraná, no exercício de 1959.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 32, de 1966

(Nº 1.635-A/60, NA ORIGEM)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo para equipamento de micro-ondas destinado à Sociedade Radiocomunicações Limitada, com sede na Cidade de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento completo de micro-ondas, com seus pertences, acessórios e peças sobressalientes, sem similar nacional registrado, destinado à Sociedade Radiocomunicações Ltda com sede na Cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, material adquirido para embarques parcelados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 33, de 1966

(Nº 2.649-C/61, NA ORIGEM)

Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada, na 2ª Região da Justiça do Trabalho, mais uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Ficam criados um cargo de Juiz do Trabalho Presidente da Junta, um de suplente de Juiz do Trabalho e duas funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a representação de empregadores, com o intuito de atender ao disposto no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 3º Os mandatos dos vogais da Junta ora criada terminarão simultaneamente com os dos titulares das atualmente em funcionamento no respectivo Estado.

Art. 4º O Presidente do Tribunal Regional promoverá a instalação da Junta ora criada, bem como as outras medidas decorrentes da presente lei.

Art. 5º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções de que trata esta lei serão os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, para as sedes das 1ª e 2ª Regiões.

Art. 6º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial necessário à execução desta lei, até o limite de Cr\$ 2.766.904 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, novecentos e quatro cruzeiros).

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 34, de 1966

(Nº 3.045-B/61, NA ORIGEM)

Isenta de tributos e emolumentos consulares bens destinados ao Mosteiro de São Bento, situado na Cidade de Salvador — BA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem assim de taxas aduaneiras e de emolumentos consulares, para o desembaraço afandegário de um carrilhão com quatro sinos de bronze, cavaletes de ferro e demais pertences, bem como cinco motores elétricos para a movimentação dos mesmos, e seus acessórios, objetos esses doados pela Abadia Beneditina de Schweiklberg (Baixa Baviera) à Abadia Beneditina — Mosteiro de São Bento — Salvador, Bahia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 35, de 1966

(Nº 3.101-B/61, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado o terreno que menciona, situado no Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — os lotes de números 1 (um) a 20 (vinte), localizados na Quadra 59-33-1, do Plano de Urbanização da Cidade de Boa Vista, no Território de Roraima.

Art. 2º Destinam-se os terrenos a que se refere o artigo anterior à construção de casas pelo donatário, para residência de seus associados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 36, de 1966

(Nº 3.464-A/66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 37, de 1966

(Nº 3.809-B/62, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.166.000.000 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com pessoal da Administração do Porto de Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, tal qual da Administração do Porto de Rio de Janeiro, o crédito especial de Cr\$ 1.166.000.000 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento.

a) de despesas decorrentes da aplicação do pessoal daquela administração, das vantagens resultantes do Plano de Classificação de Cargos, no período de 1º de julho de 1960 a 30 de setembro de 1961 — Cr\$ 1.036.500.000.

b) de compromissos assumidos pelo Sindicato dos Arrumadores do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 38, de 1966

(Nº 3.902-B/62, NA ORIGEM)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida isenção dos impostos de importação e de consumo da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios, doados pela Foreign Mission Board of the Southern Baptist Convention, de Richmond, Virgínia, Estado Unidos da América do Norte.

Art. 2º Os bens doados deverão ser especificados: um órgão, marca "Hammond", tipo "Conserto", modelo RT-2; uma banqueta da mesma marca e tipo; um conjunto de pedais, idem; dois altos-falantes, marca "Hammond", modelo HR-40; constituindo 5 (cinco) volumes de 3,83m3 (três vírgula oitenta e seis metros cúbicos), com 546 (quinhentos e quarenta e seis) quilos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

### Projeto de Lei da Câmara

Nº 39, de 1966

Nº 3.570-B/62, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento de benefícios ao pessoal da Companhia de Navegação Baiana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e sete cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento, ao pessoal da Companhia de Navegação Bahiana, dos benefícios determinados pelo Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961.

Art. 2º A despesa em causa é relativa ao período de 12 de julho de 1960 a 21 de dezembro de 1961.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

## Projeto de Lei da Câmara

Nº 40, de 1966

(Nº 4.016-B/62, NA ORIGEM)

Altera a Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção do imposto de importação de outros tributos para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias para os donativos até o limite de 50.000 (cinquenta mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, artigos de higiene e material escolar, remetidos, até 1970, inclusive, pela Church World Service e Lutheran World Relief, Inc. (L. W. R.) dos Estados Unidos, Lutheran World Relief Inc. do Canadá, Hilfswerk — Inner Mission, da Alemanha Ocidental, Lutherhjälpen e Vastkustens Efterkrigshjälp, da Suécia, e Kirkens Nødhjälp, da Noruega, à Confederação Evangélica do Brasil para sua distribuição gratuita, através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

## Projeto de Lei da Câmara

Nº 41, de 1966

(Nº 4.042-B/62, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da viagem Presidencial aos Estados Unidos da América e ao México.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da viagem de Sua Excelência o Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República, aos Estados Unidos da América e ao México.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## A Comissão de Finanças.

Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados, sob nº 389, de 23 de março — Encaminha, para promulgação, o texto definitivo do Projeto de Decreto Legislativo, iniciado pela Câmara e emendado pelo Senado, que determina o registro de termo, de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda para desapropriação de imóveis em Recife, Pernambuco.

Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 392, de 24 do mês em curso, no sentido de serem restituídos aquela Casa os autógrafos, enviados por engano ao Senado, do Projeto de Lei que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências.

Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

(Comunicações referentes ao pronunciamento daquela Casa sobre proposições do Senado)

Ofícios:

Nº 390, de 23 do mês em curso, com referência à emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo que determina o registro de termo de 21 de dezembro de 1959, de escritura pública de compra e venda de imóveis em Recife, Pernambuco (aprovada).

Nº 391, sem data, com referência ao Projeto de Lei que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (aprovado).

Nº 395, de 25 do mês em curso, com referência às emendas do Senado ao Projeto de Lei que modifica o § 2º do art. 3º da Lei nº 3.860, de 24 de dezembro de 1960, que aprova o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral (aprovadas).

Nº 396, de 25 do mês em curso, com referência à emenda do Senado ao Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a alienar, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, o imóvel da Rua Conselheiro Crispiniano nº 378, em São Paulo (rejeitada).

## RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Educação e Cultura  
Aviso nº 496-Br., de 23 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 14, de 1966, do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do Expediente. Sobre a mesa, requerimento que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

## Requerimento nº 126, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP — através do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, as informações que se seguem:

1) Qual o número de servidores civis e militares, da administração centralizada ou autárquica existente em dezembro de 1965?

2) Qual o número de cargos criados, no ano passado, nas autarquias federais e quantos, no mesmo período, foram extintos?

Justificação

O Governo atual, logo no seu início, proclamou a urgente necessidade

de serem extintos numerosos cargos que viessem a se vagar nas autarquias em geral, por considerar excessivo o número de seus servidores.

Efetivamente, além de haver número elevado de servidores nesses órgãos, a sua distribuição é reconhecidamente inadequada, deixando setores administrativos inteiramente desprovidos de pessoal, enquanto outros se encontram sobrecarregados.

Objetiva o presente Requerimento colher informações que possibilitem exame acurado de tão relevante matéria.

Sala das Sessões, 29 de março de 1966. — José Ermírio de Moraes

## Requerimento nº 127, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam prestadas as seguintes informações pelo Ministério da Fazenda:

1) Qual o número de servidores civis e militares que, em dezembro de 1965, achavam-se na inatividade remunerada? E qual, especificamente, o número de aposentados, reformados ou na reserva remunerada?

2) Qual o montante das despesas com o pagamento de aposentadorias aos servidores civis e provento de reforma aos militares durante o exercício de 1965? Qual a despesa realizada, no mesmo período, com as pensões militares?

Justificação

A legislação brasileira, principalmente no tocante aos militares, vem sendo, constantemente, alterada de forma a permitir o que se tem chamado de "rejuvenescimento dos quadros".

Conseqüentemente, o número dos que passam para a reserva remunerada ou são reformados, plenamente válidos e, mais do que isso, quando pelo cabedal de conhecimentos e de experiência melhores serviços poderiam prestar à Nação, é cada dia maior.

Estando em cogitação, como se infere do noticiário da imprensa a respeito, novo exame da matéria, visa o requerimento esclarecer, devidamente, o assunto e permitir que se aqüilate, com segurança, da sua oportunidade ou inconveniência.

Sala das Sessões, 29 de março de 1966. — José Ermírio de Moraes.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos não dependem de apoio, nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido.

Lido o seguinte:

## Projeto de Lei do Senado

Nº 12, de 1966

Altera a Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963

Art. 1º O art. 150 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150. É ressalvado aos provisionados e aos advogados não diplomados de modo geral, já inscritos anteriormente à Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 na Ordem dos Advogados do Brasil, por força do regime constitucional de liberdade de profissão, o direito ao exercício da advocacia, em igualdade e condições com os advogados diplomados, sem qualquer restrição".

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, fi-

cando revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

O presente projeto tem por finalidade exclusiva dissipar dúvidas suscitadas em várias seções da Ordem dos Advogados do Brasil, quanto a fiel interpretação do texto original do artigo 150 da citada Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Com efeito quis o legislador ao consagrar o dispositivo em referência, garantir a todos os não diplomados, já inscritos anteriormente à promulgação da Lei nº 4.215, o direito de exercerem a profissão em igualdade de condições com os advogados diplomados, eliminando, assim, certas limitações quanto ao número de Comarcas e outras mais.

Em verdade, o texto legal ao enunciar "advogados não diplomados" inscritos no atual Quadro "B" da Ordem dos Advogados do Brasil, quer se referir aos provisionados indistintamente, sendo discriminatória qualquer outra interpretação que se queira dar ao mencionado artigo.

Nem outro poderia ter o sentido da Lei, pois, como é sabido, hoje no Brasil poderão ser contadas as Comarcas onde não advoguem mais de três profissionais. (art. 51 § 2º da Lei nº 4.215); portanto, doravante a tendência é extinguir-se natural e gradativamente o quadro de provisionados.

Não será justo, portanto, que os não diplomados, já inscritos à época do advento do novo Estatuto da O.A.B., com largos conhecimentos da profissão, sejam tolhidos de exercê-la livremente, sem a igualdade e condições com aqueles também não diplomados, embora inscritos antes do Decreto nº 22.478.

A aprovação do projeto ora submetido à elevação da apreciação do Senado, tem por finalidade corrigir injustiças que, em virtude da redação do art. 150 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, vêm praticando algumas seções da Ordem dos Advogados do Brasil, restringindo onde a Lei não restringiu.

Sala das Sessões, 29 de março de 1966. — Guido Mondin.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e em seguida, distribuído às Comissões competentes.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente lido figuram mensagens contendo as razões que levaram o Presidente da República a negar sanção a dois projetos de leis, a saber:

Projeto nº 504-C-65 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação de verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais e dá outras providências

Projeto nº 2.019-B-64 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que revoga, por dois anos, o Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, que regula o exame de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos e dá outras providências.

Para apreciação desses vetos, a Presidência convoca sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para as Comissões Mistas incumbidas de relatá-los designa:



— quanto ao primeiro voto, os Senhores Senadores:

Miguel Couto  
Sigefredo Pacheco  
João Abrahão;

— quanto ao segundo, os Senhores Senadores:

Irineu Bornhausen  
Domício Gondim e  
Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 128, de 1966

Requero que, atendendo aos sentimentos cristãos do povo brasileiro e às tradições da Casa, o Senado não realize sessões nos dias 4 a 8 de abril próximo, correspondentes à Semana Santa, não funcionando, igualmente, a sua Secretaria.

Sala das Sessões, 29 de março de 1966. — Guido Mongin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento não depende de apoio nem de discussão; poderá ser votado com o quorum de abertura da sessão.

Assim sendo, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, o Senado não realizará sessão de 4 a 8 de abril próximo, período correspondente à Semana Santa, não funcionando, igualmente, sua Secretaria.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, o requerimento de informações nº 126, de 1966, apresentado ontem pelo Sr. Senador Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o primeiro deles, o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebi telegrama, proveniente do Estado do Rio de Janeiro, assinado por diversos Deputados estaduais daquela Unidade da Federação brasileira, e concebido nos seguintes termos:

(Lendo):

"Deputados fluminenses sinalizam lamentar a notícia divulgada pela imprensa sobre estudo do DASP, dilatando de 35 para 40 anos de serviço a aposentadoria dos servidores públicos federais, bem como abolindo a licença-prêmio. Prerrogativas asseguradas pela Constituição, a favor dos nossos servidores não devem ser suprimidas, sob pena de ser levada a descrença de cada qual no seu próprio direito. — Newton, Guerra, Lima, Teixeira, Cabral Flexa, Altair Lima, Ordener Veloso, Wilson Frederici, Sá Rêgo, Hamilton Xavier, Nicanor Capanácio, Paulo Hervé, Zulmar Batista, Pereira Pinto, João Rodrigues, Oliveira Jorge, David Zorly Martins, José Kezen, João Egídio, Mendonça Thurler, Dario Dias Ferreira, Aécio Schiavo e outros."

O telegrama — como já o declarei — vem assinado por diversos Deputados estaduais da grande terra do Nilo Pequeno, o Estado do Rio.

Nesta Casa do Congresso, já foi aprovada, se não me falha a memória por unanimidade emenda à Constituição da República, encabeçada pelo Sr. Senador Gilberto Marinho, reduzindo de 35 para 30 anos o prazo de aposentadoria para os servidores públicos federais.

E' alarmante, pois, a notícia que nos chega da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, notícia que se constitui numa ameaça clara aos direitos que considerávamos inalienáveis do funcionalismo público federal do nosso País.

Proclamam as estatísticas que a média de vida do povo brasileiro é de 45 anos: a do nordestino é de 35 anos. Se já votamos, nesta Casa, emenda à Constituição da República, reduzindo de cinco anos o prazo para aposentadoria do nosso funcionalismo, como silenciarmos, diante desta ameaça que pesa e que fere a nossa sensibilidade de homens públicos, quando, numa reunião verdadeiramente significativa e histórica, votamos emenda que, por falta de número na outra Casa do Congresso Nacional, não foi incorporada à Constituição de 1946?

A abolição da licença-prêmio, a dilatação do prazo para aposentadoria do nosso funcionalismo e ainda, Senhor Presidente, o não reconhecimento das suas dificuldades imediatas, — forçando-o a uma atitude de desespero — às vezes, nos leva a pensar que há um plano preestabelecido para que a inquietação, já na alma do nosso povo, venha a eclodir, e isto seja motivo para atitudes mais drásticas do que aquelas que estamos observando no País, de algum tempo para cá.

Porque tanta é a inabilidade que nós concluímos que não é inabilidade: é um propósito.

Li, há poucos instantes as alterações sobre os dispositivos dos Decretos nºs. 56.793, 55.738 e 55.955 que estabeleceram processo de vendas dos imóveis de que tratam os artigos 65 e 33 da Lei nº 4.380, de 1964. E' alarmante o que acabamos de ler. O imóvel que gozava de imunidade tributária, não mais goza a partir da data da promessa de venda ou promessa de cessão de direitos. E os cálculos sobre quanto cada funcionário deve pagar pela aquisição do imóvel passarão a ser feitos sobre o montante bruto percebido pelo funcionário, excluindo apenas o valor do salário-família.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. atentou para a circunstância de que o Governo com este decreto, não admite se extrala do cálculo nem o que cobra do Imposto de Renda na fonte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Exatamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Retira o dinheiro como tributo, mas ainda assim calcula sobre o total para a cobrança da prestação.

O SR. AURÉLIO VIANA — Exato. Não estou entendendo, ninguém está entendendo esta política de provocações que não cessam, ferindo-se direitos adquiridos, turbando-se o ambiente familiar, inquietando-se o assalariado, levando-o ao desespero mais cruel.

Sr. Presidente, hoje mesmo um funcionário desta Casa me dizia: Senador, diante das alterações sobre a venda de imóveis, eu, que já assinei o compromisso para a compra de um, estou para recuar; não tenho possibilidade de pagar o imóvel, que praticamente já é meu. Teria que desembolsar cerca de Cr\$ 140.000 por mês para pagar o imóvel que adquiri em 20 anos, sem a correção monetária, e agora já não posso assumir esse compromisso.

De Goiás, de Anápolis chegaram hoje e procuraram-me três funcionários públicos que foram transferidos para Brasília, duas jovens e uma se-

nhora, Nível 12, Nível 7, Nível 11. No concreto Cr\$ 118.000 por mês, ..... Cr\$ 140.000 e a outra cerca de ..... Cr\$ 140.000. Tem que se apresentar ao Ministério da Agricultura até o dia 10 de abril. Não têm apartamento em Brasília, não têm casa em Brasília, não têm barraco em Brasília, não têm onde morar em Brasília e tem que se apresentar até o dia 10 de abril. Não vão ter "dobradinha", não sabem como vão viver, duas moças e uma Senhora! Que caminho lhes estão indicando?

O Sr. Pedro Ludovico — São funcionárias federais?

O SR. AURÉLIO VIANA — Funcionárias federais. Estamos diante de uma realidade cruel e crua, a realidade de cada dia e é isto que me está interessando. Não são os cálculos fantasiosos ou compasso de espera, enquanto muitas jovens pela fome, vendem a sua própria honra, sua própria dignidade, o seu próprio corpo, forçadas por estas contingências ou findam nos hospitais de tuberculose ou nos manicômios, levadas pelo desespero causado por homens sem consideração alguma...

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — ... sem qualquer sensibilidade, sem qualquer amor do próximo, sem qualquer compaixão do sofrimento alheio.

Tem V. Exª o aparte, nobre Senador Pedro Ludovico, com muito prazer. Desculpe-me.

O Sr. Pedro Ludovico — Já que V. Exª falou sobre a transferência de duas ou três funcionárias federais para Brasília e que aqui encontraram as maiores dificuldades por falta de casa, quero lembrar também que, na semana passada, o Governador do Estado de Goiás exonerou mais de 800 funcionários nomeados na véspera da sua eleição. Aliás, foram nomeados seis mil funcionários: quatro mil nomeados e dois mil contratados. Após as eleições, trouxe aqui o célebre "Diário Oficial do Estado", grosso, onde se registraram as seis mil nomeações. Agora, depois de o atual Governador receber o benefício das nomeações, porque naturalmente todos, inclusive suas famílias, votaram em S. Exª, exonera, só na semana passada, mais oitocentos funcionários, deixando essa gente toda na miséria, numa época difícilíssima, em que a vida está pela hora da morte. É a moralidade do atual Governo revolucionário.

O SR. AURÉLIO VIANA — E' fato que merece registro. E' lamentável.

Mas, Sr. Presidente, um dos argumentos mais usados pelo atual Governo contra o instituto da estabilidade é o de que a classe patronal, a classe empresarial do Brasil é desumana, — falando-se em tese — tão desumana que, para burlar a lei, despede os seus operários, bons ou maus, antes que eles completem dez anos de serviços prestados. E, porque esta classe não é compreensiva, o Governo quer substituir o instituto da estabilidade por outro instituto que dê à classe operária maiores garantias. Há alguns empregadores, até mesmo Congressistas, que defendem a tese do Governo, de que eles são maus e por isto o instituto da estabilidade deve desaparecer.

Este é o argumento-mor, principal, encontrado em todas as linhas nas publicações feitas pelo Governo para convencer a empregados e empregadores da inocuidade do instituto da estabilidade.

Pois muito bem... Nesta linha de argumentos vou provar que o Governo é mau, que transfere a argumentação, que justifica o seu pensamento para ele próprio. Hoje me chegou do Rio de Janeiro, um dos meus Estados políticos, uma representação de funcio-

nários da gráfica do IBGE. V. Excelências sabem o que aconteceu com 40 funcionários do IBGE que trabalhavam na gráfica, há 8 anos, 7 anos, 6 anos? Foram todos eles indenizados, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho, e dispensados pelo atual Governo da República, através do IBGE...

O Sr. Atilio Fontana — V. Excelência me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. AURÉLIO VIANA — ... para que não completassem 10 anos e a estabilidade consequente. Então o Governo, que tchau de mau o empresário brasileiro (não estou dizendo que é bom) comete o mesmo ato antes de esses quarenta pais de família alcançarem a estabilidade? Para que um deles chegasse a Brasília, cotizaram-se os seus companheiros. O governo decreta a dispensa, repito, de quarenta pais de família, sem qualquer consideração devida, se não a eles, aos seus filhos, como se estivesse praticando um ato nobilitante! E sob que pretexto? De economia? Mas o IBGE precisa desses funcionários.

Concedo o aparte ao nobre Senador Atilio Fontana.

O Sr. Atilio Fontana — Nobre Senador Aurélio Viana, todos nós, analisando a administração atual, como também as administrações dos governos anteriores, encontramos motivos e razões para criticar a atuação do governo, as diretrizes tomadas. Ainda ontem tivemos oportunidade de fazer uso da palavra, neste plenário, trazendo algumas críticas, igualmente, V. Exa. é um dos estudiosos dos problemas e freqüentemente ouço com muita atenção as considerações e as críticas que faz ao atual Governo. Mas a verdade é que o Governo está empenhado num grande esforço para poder tirar o País desta situação de dificuldades, de pobreza, de inflação. Parece-me que deveríamos fazer um grande esforço — nós, parlamentares — contribuindo com sugestões objetivas para que o Governo possa tomar providências para sanar essas deficiências, essas dificuldades. E deveríamos também, quando o Governo toma alguma decisão para reduzir as despesas, para enfim, manter um Governo de austeridade, analisar as suas atitudes com isenção de ânimo, para ver se, realmente, elas correspondem a medidas que possam vir a melhorar a situação do País. Porque, do contrário, estaremos confundindo o Governo. Ninguém, certamente, poderá dizer que o atual Governo da revolução esteja malbaratando o dinheiro ou mesmo que os elementos que o cercam sejam corruptos, que desviem grandes somas. Todos sabemos que ele se está esforçando para tirar o País das dificuldades em que foi encontrado pelo Governo revolucionário. Assim, todas as vezes que o Governo propuser medidas no sentido de diminuir os encargos, de diminuir as despesas, medidas que venham exigir maior parcela de esforço, de trabalho, precisamos analisá-las com isenção de ânimo. Caso contrário, nobre Senador Aurélio Viana, não teremos jamais um Governo que tire este País, tão rico em recursos naturais, desta situação difícil, desta inflação que perturba a boa marcha do desenvolvimento, que modifique a situação de todos aqueles que aqui vivem. Por estas razões é que precisamos dar uma palavra de orientação ao Governo, não apenas criticando-o, mas também mostrando o caminho que ele deve seguir.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, agradeço sensibilizado a V. Exa. pelo aparte que acaba de dar ao meu discurso e que me concede também a oportunidade de tecer mais alguns comentários acerca do assunto de que estamos tratando.

V. Exa. justifica esse ato do Governo, dispensando quarenta operários gráficos, indenizando-os conforme a lei trabalhista, jogando-os na rua, antes de completarem os dez anos, quando a crítica maior, feita aos empresários nacionais, é justamente esta? Como compreensível? Despede seus empregados para não completarem dez anos! De modo que o Governo tem de tomar medidas para salvar os operários das injustiças praticadas pelos patrões. E V. Exa. está de acordo com o grande patrão que critica os patrões menores que cometem a mesma iniquidade declarada pelo patrão-mor?

Quanto à medida de economia, segundo V. Exa. o afirma, estará este Governo fazendo mesmo economias? De milhões ou economia de tostões o de vinténs para disfarçar as iniquidades que vêm sendo cometidas?

Ora, nobre Senador Atilio Fontana, da tribuna do Senado uma relação enorme de funcionários, muitos dos quais, além de gratificações de função, passarão a ter gratificação de representação de até um milhão de cruzeiros por mês, inclusive do Ministério do Planejamento, cujo titular vem sendo o conselheiro de todos os últimos Governos, para assuntos econômicos e financeiros, ouvido por todos os últimos Governantes como pessoa de destaque que pode opinar com autoridade para fazê-lo. A sua influência foi marcante no passado mais ou menos remoto, como no presente, nas decisões de todos os últimos Governantes, sobre política monetária, sobre política econômica, sobre política financeira e até sobre outros tipos de política.

Pois bem! Inúmeros funcionários que trabalham sob as ordens do Ministro do Planejamento foram alocados com gratificações de representação de até um milhão de cruzeiros!

Não sei qual o Ministério, dos civis — pois ainda não li sobre medidas semelhantes praticados pelos Ministérios militares — não sei qual deles escapou à regra de atribuir a inúmeros funcionários este tipo de gratificação, que eu não condeno, nem estou condenando. O que eu condeno é que enquanto se concedem essas gratificações, não apenas a título de representação a altos funcionários de categoria, à intelectualidade — assessores, técnicos, cientistas — mas também a motoristas e a outros que trabalham nesse Ministério com os aplausos dos defensores da política do atual Governo, dispensam-se humilíssimos gráficos sob a alegação de economia.

O Sr. José Guimard — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. AURELIO VIANA — Não se lembrem de que a economia, com a dispensa desses pobres funcionários, vai servir para satisfazer a outros objetivos noutros setores.

Por que razão continuam com salários nababescos os funcionários do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque? Por que não fazer economia cortando um pouco daquilo que eles percebem?

O Sr. Atilio Fontana — Não estou bem a par do que ocorre lá.

O SR. AURELIO VIANA — Pois fique à par; é o que estou expondo a V. Exa. ...

O Sr. Atilio Fontana — Ao que sei, eles ganham o estritamente necessário para viver.

O SR. AURELIO VIANA — Como?

O Sr. Atilio Fontana — Quando estive nos Estados Unidos conversei com o próprio chefe dos funcionários do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, mas com o pessoal da embaixada e do Consulado e ouvi la-

múrias. Alegam eles que ganham apenas o suficiente para poder manter o padrão de vida que desfrutavam no nosso País.

O SR. AURELIO VIANA — Não falei de diplomatas, não falei de funcionários dos nossos Consúlad. Referi-me a funcionários que vêm sendo apontados, pela imprensa do País, como os nababos, daqueles que estão em Nova Iorque recebendo, em dólares, aquelas quantias apontadas pelos jornais. Apenas para argumentar, porque a própria hierarquia funcional se mede pelos salários que cada qual recebe.

Quando estive na União Soviética, fiquei assombrado com a desproporção dos salários percebidos pelos servidores daquele País, quer no campo burocrático propriamente dito, quer no campo do trabalho: salários que iam de 70 a 3.000 rublos por mês. E fui informado de que havia artistas que percebiam por mês, 10.000 rublos e naquele mesmo teatro havia uns percebendo 350 e 400 rublos mensalmente. Em todos os países do mundo, socialistas ou não, comunistas ou não, há uma diferença. O cabo do Exército da União Soviética não recebe o mesmo que um oficial superior: um cientista não ganha o que o operário daquela fábrica atômica recebe por mês. E assim por diante. Não estou contra o salário justo, de modo nenhum. Estou condenando — e condeno enquanto forças eu tiver — são atitudes desta natureza, que não engradem a um governo nenhum porque, se as dificuldades fossem insuperáveis, não estariam os Ministérios a conceder gratificações de representação ao funcionalismo que trabalha em alguns setores de cada um desses Ministérios.

Então, como é que podemos aceitar que quarenta operários sejam despedidos — e não o foram por incapacidade funcional, pois foram indenizados — para que não completassem dez anos de serviço? Como podemos aceitar isso, calmamente, como se nada significasse a tragédia que se encontra estabelecida em cada um daqueles lares? É isso que provoca a comoção e a inquietação social. Até chamaria atenção para alguns dos nossos colegas, que são católicos anafelicos, brasileiros, romanos, para essa encíclica extraordinária, que deve ser lida e relida pelos fiéis da Terra Mater et Magistra, na qual João XXIII condena os fortes por tribuarem sobre os fracos e condena a todos — Estado ou patrões — quando eles, notendo, não fazem o possível para atender às necessidades dos que trabalham.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com prazer ouço V. Exa.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador, V. Exa. se referiu — creio que mais de uma vez — à perspectiva de dispensa de trabalhadores e operários.

O SR. AURELIO VIANA — Não há perspectiva; já foram dispensados.

O Sr. José Guimard — Mas V. Exa. acrescentou que o foram por economia. Creio que esse motivo não consta da legislação trabalhista: não há dispositivo legal que permita a dispensa por economia; ou estarei enganado?

O SR. AURELIO VIANA — A não ser que o Estado se declare insolvente.

O Sr. José Guimard — Mas, no caso federal, como seria?

O SR. AURELIO VIANA — Nobre Senador, não há justificativa. Estou com os documentos em mãos.

Um dos operários já tinha oito anos de serviços prestados ao IBGE. Foram dispensados e indenizados; estão na rua, na rua da amargura.

O Sr. José Guimard — Mas o Governo teria declarado que o fazia por economia?

O SR. AURELIO VIANA — Senador José Guimard, não me preocupe em saber se o Governo dispensou declarando que o fizera por medida de economia ou não. Gostaria que tivessem declarado que o foram por medida de economia, porque o ridículo seria muito maior. O que estou dizendo é que foram dispensados e indenizados. Logo, nada se apurou quanto à sua infidelidade ao trabalho, ao não cumprimento dos seus deveres funcionais.

O Sr. José Guimard — O que prova que não há estabilidade, exatamente um assunto tão debatido neste plenário, ultimamente.

Ora, se o próprio Governo, que está interessado na estabilidade, reconhece que não há estabilidade, não há nada o que fazer. Estamos discutindo sobre o nada.

O SR. AURELIO VIANA — Reconhece que há estabilidade, mas dispensa o operário antes que alcance a estabilidade. E para não a alcançar que dispensa esses operários. Quer justificar a tese. Não há nenhum amor pelo operário, pelo trabalhador, pelo homem. Há calculistas, homens frios.

V. Exa ouça este trecho:

"Tudo indica que a fase mais ingrata desse ciclo de adaptação já foi superada. Os focos mais sérios de inflação herdados da administração passada já foram em grande parte debelados. O orçamento federal, conquanto ainda deficitário, exercerá em 1965 menos da metade da pressão inflacionária de 1964. Os principais reajustes corretivos de preços já foram levados a cabo. As despesas começam a habituar-se a novos padrões de comportamento, já se notando saudáveis sistemas de uma reversão de expectativas. Dois outros fatores, ademais deverão apressar os resultados da política anti-inflacionária no corrente ano: a abundância das safras, contendo a alta de custo de alimentação e o influxo da Ajuda Externa, desviando para o Exterior os excedentes de procura gerados pelos focos internos de inflação."

Sabe V. Exa de quem estas palavras, pronunciadas em princípio de 1965, antes de fevereiro? Do Ministro do Planejamento, o Embaixador Roberto Campos.

Se a inflação já foi praticamente debelada em princípios de 1965 se a abundância das safras contiver a alta do custo da alimentação, se o influxo da ajuda externa já fez desviar para o exterior os excedentes de procura, gerados pelos focos internos de inflação, então por que o Governo toma as medidas que vemos ultimamente? E aconteceu mesmo tudo o que se afirmou em fevereiro, ou janeiro de 1965 — e já estamos em março de 1966 — ou apenas isso representava intenções — e as intenções não salvam ninguém?

E dos operários a inquietação passou para os empregadores; dos industriários, para os industriais. Que diz — por exemplo — o Senador Atilio Fontana do pronunciamento do Presidente da Federação das Indústrias do Brasil — o General Macedo Soares, um dos confirmadores de Volta Redonda, um dos homens considerados como dos equilibrados deste País? Nada? Se contra o Presidente da Fe-

deração das Indústrias, contra a sua, própria classe, há uma opção entre as denúncias reclamativas do General Macedo Soares, que falou em nome dos empresários nacionais, da indústria nacional, e o Governo, que executa uma política que, para este grupo a que me referi, é nociva ao desenvolvimento da Pátria comum.

Gostaria de estar nesta tribuna aplaudindo. Gostaria que o Governo estivesse acertado. E um Governo só acerta quando a coletividade se manifesta satisfeita, e a coletividade brasileira está em plena era da insatisfação. Coletividade patronal, empresarial e coletividade assalariada.

Apenas desponta, aqui, ali e além, uma voz isolada; se de operário contra a sua classe, se de patrão contra a sua classe, a favor do Governo. Por quê? São vozes isoladas que nada justificam, que não se justificam sequer.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa um aparte? (Assentimento do orador) Impressionam-me sempre os argumentos de V. Exa.

Acredito seja sincero, e que em muitos casos tem razão. Mas não acredito que o Governo proceda por maldade; ninguém concebe que o fizesse. V. Exa cita fatos, testemunhos, como acaba de fazer. Mas talvez fosse muito mais útil e muito mais produtivo se V. Exa encaminhasse ao Governo as soluções, os remédios em que nós estamos todos interessados. V. Exa não há de pensar que todos que apolam o Governo desejam o mal pra todas as classes...

O SR. AURELIO VIANA — Claro que não. Longe de mim tal pensamento. Tanto assim, nobre Senador José Guimard que, ao invés de condenar aqueles elementos do Governo, da ARENA, que estão faltando na nossa Casa do Congresso Nacional, não dando número para a aprovação do Acordo Atômico entre o Brasil e os Estados Unidos, ou para aprovação da intervenção nas Alagoas, ao invés de culpá-los ou condená-los, eu os elogiio. Acho que a maioria dos Deputados que faltam, faltam por uma questão de consciência. Espiritualmente representando o povo, estão de acordo com nossas teses, sabem que aquele Acordo é nocivo à soberania do País, e faltam. Até agora, não houve força que os trouxesse para votar. Ficam em casa. As vezes estão em Brasília, onde eles sabem, e não comparecem. A Oposição na Câmara condena aqueles da ARENA que faltam? Não! A não ser quando um ou outro falta sem convicção nenhuma do que está fazendo. É com ele e o Governo que representa. Então, estou dando uma resposta a V. Exa que é decisiva. Nós assumimos a responsabilidade dos nossos atos quando, na Câmara os Deputados, Representantes do Movimento Democrático Brasileiro faltam mas não os apontamos como os culpados merecendo castigo, por não comparecerem, os elementos da ARENA. As convicções da maioria dos que faltam estão muito acima dos interesses políticos.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — A colaboração que o nobre Senador José Guimard, nosso nobre colega pelo Acre, pede a V. Exa para auxiliar o Governo, naturalmente na sua política econômica, não tem razão de ser, porque os principais amigos do Presidente Castello Branco, e que foram os chefes civis da Revolução, tiveram uma atitude contrária ao Governo, em matéria econômica. E se podem citar o ex-Governador de Minas, o atual Governador do Estado de São Paulo e o Sr. Carlos Lacerda: todos foram con-

trários à política econômica do Senhor Castello Branco.

O Sr. José Guimard — Mas não oferecem remédio algum.

O Sr. Pedro Ludovico — Remédios devem dar os colaboradores principais do Governo. Mas até agora nada deram de útil ao Brasil, nesta fase negra de sua história econômica.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas vou dar alguns medicamentos. Primeiro, nós vamos estudar a enfermidade. Vamos apresentar o resultado das nossas observações.

Como acabar com a inquietação que reina no seio da massa operária brasileira? Preservando e conservando os princípios da estabilidade que foi uma das conquistas da massa trabalhadora.

O Sr. José Guimard — Melhorando, seria melhor dizer.

O SR. AURÉLIO VIANA — Só se melhora a estabilidade por tempo de serviço diminuindo o número de anos: invés de dez, cinco, quatro, três, dois, um, um, como é na Alemanha!

Ouyi aqui diversos argumentos: — "O único país do mundo que tem nas suas leis o instituto da estabilidade é o Brasil." Rindo escutei isso. Gosto de ouvir certas afirmativas que não resistem à mínima crítica. Eu li ontem, ou anteontem, ou transteontem que o operário é estável na Alemanha Ocidental com um ano de serviço.

Li para alguns colegas que, numa das mais importantes ferrovias da América do Norte, a do Pacífico, os operários conseguiram, além da estabilidade em termos absolutos, mais o seguinte: qualquer operário telegrafista que for despedido terá direito ao salário que percebia quando em atividade até o fim da sua vida. Serão Vossas Excelências partidários dessa estabilidade? Se perde a estabilidade — tempo de serviço, — recebe até o fim dos seus dias o salário correspondente ao que percebia quando em atividade.

Sr. Presidente, não estou defendendo essa tese; estou apenas apresentando o que há por esse mundo velho.

O Governo quer a paz entre o funcionalismo? Não ameaça de aumentar o tempo de sua aposentadoria porque 95% os funcionários públicos não se aposentariam; morreriam antes de conquistar esse direito. Aposentadoria com quarenta anos de serviço, num país cujas estatísticas rezam o que acabei de mencionar no início deste discurso?!

Vou terminar porque o meu tempo está terminando.

Outro motivo: evitar-se essa exploração cometida pelos grupos estrangeiros dentro do nosso País. Na esteira do que nos aconselhou, na Encíclica "Mater et Magistra", o Papa camponês João XXIII, e nunca vi nada mais atual e mais justo.

"As Nações em fase de desenvolvimento econômico costumam apresentar uma individualidade própria, inconfundível: pelos recursos e características do próprio ambiente natural, pelas tradições muitas vezes ricas de valores humanos e pelas qualidades típicas da gente.

As Nações economicamente desenvolvidas, ao ajudá-las, devem reconhecer e respeitar essa individualidade, e vencer a tentação de projetar sobre elas a própria imagem.

Mas a tentação maior, para as comunidades políticas economicamente avançadas, é a de se aproveitar da cooperação técnica e financeira que prestam, para influir na situação política das comunidades em fase de desenvol-

vimento econômico, a fim de levarem a cabo planos de predomínio."

Onde quer que isso se verifique, deve-se declarar, explicitamente, que estamos diante de nova forma de colonialismo.

O Papa João XXIII usa a expressão "colonialismo".

... "a qual, por mais habilmente que se disfarce, não deixará de ser menos deturpada que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. E essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial."

Então? Coloque-se o Governo atual — e todos os membros do atual Governo proclamam-se católicos, apóstolicos, romanos da mais alta cepa, fidelíssimos à orientação do Chefe da Igreja — coloquem-se dentro do pensamento da "Mater et Magistra", deixando as intenções para praticarem os conselhos ali emitidos, e nós veremos ralar para o nosso País uma nova era: receber auxílios e empréstimos no Brasil; receber empréstimos e empregá-los no Brasil, conforme a nossa individualidade, as nossas necessidades, assim reconhecidas por nós, sem nos subordinarmos à política de outro país, seja ele qual for. E os países, os que emprestam, estão na obrigação moral de respeitar a nossa individualidade, não emprestando para impor a sua política — é o que está escrito. São as inferências que tiramos da "Mater et Magistra." Assim, a paz universal seria mantida! E não teríamos, neste mundo, países gordos e países magros, países onde a fome impera, e cuja fome do seu povo e a gordura deles.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago para a tribuna esses documentos porque, ultimamente, tornou-se hábito no Senado a pergunta: "Dnde V. Exª tirou isso? E aquilo?". As vezes me dá vontade de perguntar aos perguntadores: "Dnde V. Exª tirou aquele outro, e mais aqueles outros dados e mais aqueles outros?".

"Per summa capita." Como representante do povo transmiti o recado que recebi. Reformule a sua política social. Atenda aos clamores dos injustiçados. Olhe para a classe média que não mais suporta o ônus que jogaram às suas costas. Energia, sim; impiedade, nunca!

Tudo que se fez foi feito em nome da Democracia, para que houvesse democracia no Brasil.

Não está dito? Não está escrito? O pai da política econômica do Brasil afirmou:

"O Brasil sofreu, durante um curto mas tormentoso período, a amarga experiência da radicalização de atitudes políticas, que nos estava conduzindo ao imobilismo administrativo, à inflação desenfreada, ao retrocesso econômico e à perda de substância das instituições democráticas. A análise do vocabulário e da semântica política dos dois anos que precederam a revolução de março nos indica, claramente, a existência, naquela ocasião, de um pesado tributo à irracionalidade. Era como se o Brasil, na opinião dos que detinham o poder, não tivesse outra opção a fazer senão liquidar a sua democracia, o sistema da livre empresa e marchar para o totalitarismo de esquerda. Durante esse mesmo período, cuidou-se de eliminar as defesas do regime democrático para melhor apresentá-lo como incompatível com a conjuntura social."

"Totalitarismo da esquerda", acrescenta-se: "totalitarismo da direita." So no passado inquietava-se para is-

var o Brasil ao totalitarismo da esquerda, por que se inquietava hoje o povo brasileiro? Para levar o País ao totalitarismo da direita?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fiz aqui certos aqueles que me elegeram de que, enquanto oportunidade houver e meios não me faltarem, continuarei sendo um dos porta-vozes, no Senado da República, das suas reivindicações mais sentidas. Esta é a nossa posição e espero que o Movimento Democrático Brasileiro não falhe, seja sensível a essas aspirações do nosso povo. Não quero que o meu desespero chegue a aquele ponto que levou Rui nos últimos anos da sua vida, a declarar-se um desencantado.

E tão desencantado que, não mais queria opinar sobre a crise nacional brasileira. O que sei nobres Senadores, é que, se não surgirem medidas necessárias à paz social, à tranquilidade das famílias brasileiras, se houver uma eclosão no vértice das paixões, não sei quantos, de um ou de outro lado dos que disputam o poder no Brasil, ARENA ou MDB, não sei quantos poderão contar a história.

O interesse mútuo, ou deveria sê-lo: salário-mínimo, salário justo, aposentadoria, estabilidade, a outra conquista dos funcionários a que me referi lendo o telegrama, licença-prêmio, restrição do crédito bancário, alta do custo-da-vida, emissões continuadas, produção que decresce, afinal de contas o plano habitacional ou se consubstancia em exigências tais que o assalariado não pode ter sua própria casa, é um plano para ricos.

Então, Srs. Senadores, é isto que satisfaz. Quando se trata de um reajuste salarial dentro do próprio Congresso, já há aborrecimentos incalculáveis, não para os Congressistas, mas para os funcionários. A nossa posição é clara: a luta pela instauração de um sistema democrático de Governo autêntico; a luta por que as conquistas de nosso povo não sejam postergadas; a luta por que a Constituição — a nossa Carta Magna, seja respeitada — e para que não seja mutilada; a luta por que uma Constituinte — fruto do voto do povo, direto, universal e secreto — elabore e vote uma nova Carta Constitucional para este País; a luta pela ordem e quando dizemos pela democracia, contra qualquer tipo de totalitarismo.

Tudo isto deu motivo à criação do Movimento Democrático Brasileiro...

O Sr. José Guimard — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Ia terminar, mas concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. José Guimard — V. Exª, como sempre, cumpre o seu dever para com os seus eleitores, para com aqueles que o mandaram para cá. Está tudo muito certo. V. Exª, no seu papel de oposição. Mas nós não cremos que haja tanta tragédia, tanto negrume, tanta desgraça, tanta ameaça e provocações como afirma. V. Exª parece um Jeremias do alto desta tribuna.

O SR. AURÉLIO VIANA — Felizmente, V. Exª me comparou a Jeremias, e não a Cassandra, porque, Jeremias, quando lamentava e chorava as desgraças de seu povo, é porque havia desgraças a chorar e a História deu razão ao Profeta.

Há prenúncios, Senador José Guimard, V. Exª sabe que há. V. Exª é militar. O que me preocupa não é a luta entre militares, se porventura existe essa luta pela conquista do poder.

O que me preocupa é que os militares estão preocupados, militares de todos os escalões — como os civis do Brasil — com a alta do custo-da-vida em todos os setores. Não há salários que cheguem para pagar o livro, para

pagar o caderninho, para pagar o papato, a roupa, a alimentação, a casa...

O Sr. José Guimard — Neste ponto, estou de pleno acordo com Vossa Excelência.

O SR. AURÉLIO VIANA — Então somos, ambos, Jeremias, chorando estas desgraças.

Mas se V. Exª, se tivesse referido a um passado que passou, eu teria uma resposta. Felizmente não o fiz. Assim não o fiz porque sabe que ocupei esta tribuna, muitas vezes, para denunciar as amarguras, as tristezas, para denunciar a alta do custo-da-vida, a inflação galopante, e para dizer que nenhum Governo se sustentaria com uma política que não satisfizesse aos anseios do povo. O que faltou, naquele tempo, aquele Governo, e aqueles Governos outros que passaram antes do que me referi, está faltando a este — cobertura popular, simpatia popular, apoio popular. O que está contendo a aparência de apoio — mas apoio não há — é o véulo de coisas muito piores. Sabe Vossa Excelência, como militar, que, p custo da vida não foi contido. E o Plano de Habitação, — este que proibe que o assalariado compre a sua casa e o ameaça até o fim da sua vida com a correção monetária — já é a confissão tácita da derrota do Governo na sua política de estabilidade econômica, derrota clara. Quando o Governo firma os pés e estabelece a correção monetária para compra de apartamentos, etc., etc., já está deixando claro a sua impotência, a sua incapacidade, numa confissão tácita e inconscusa de conter a alta do custo-da-vida.

O Sr. José Guimard — Mas o Governo não se compromete a conter, de maneira total e absoluta, a alta do custo de vida. Apenas tem admitido uma diminuição deste ritmo de maneira que pretende premuniar, dessa correção. Mas V. Exª tem toda razão, — quando o Governo admite a correção monetária está esta reconhecendo que pode haver uma subida.

O Sr. Pedro Ludovico — O Ministro do Planejamento prometeu que o custo de vida não subiria de abril ao ano passado em diante.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador José Guimard, V. Exª é tão honesto — e é um prazer discutir e dialogar com homens honestos — que, por estar na ARENA, ensaia a defesa do Governo, mas não conclui...

O Sr. José Guimard — Há gente muito mais responsável do que eu eu.

O SR. AURÉLIO VIANA — Exato. Isto é uma sucessão de erros. Mas o Governo que passou dizia: não podemos resolver os problemas econômicos deste país, porque a herança foi má. Disse-o João Goulart; disse-o Jânio Quadros; disse-o Café Filho; disse-o Juscelino Kubitschek; disse-o Getúlio Vargas; disse-o Washington Luiz; disse-o, desde o início do período republicano, o Marechalíssimo Deodoro da Fonseca: a herança do Império foi esta, na apresentação do relatório de seu Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa; disse-o Floriano e, depois, Prudente de Moraes, que foi eleito contra a sua vontade, pensando-se até que o velho Floriano Peixoto desse o golpe de Estado e estabelecesse a ditadura no Brasil. Não foi a transmissão de posse de Prudente; não deu apoio, não lhe mandou carro oficial, ele veio em carro de aluguel para assumir, perante o Congresso, a Presidência; não recebeu aplausos, mas foi mantido, porque eleito pelo povo, e era um civil. Disse-o Prudente e o mesmo Campos Sales, e poderia citar presidente por presidente. Não se pode resolver num quadriênio os problemas nacionais. A herança é pesada, mas



todos eles o disseram, depois de empossados, nas campanhas eleitorais, não. Nas campanhas eleitorais todos prometiam resolver e, em nome da revolução, prometeu-se resolver, em curto prazo, os problemas mais inadiáveis. E sobre os ombros do povo joga-se uma carga que, confessemos, ninguém pode suportar.

Nós mesmos, Senadores e Deputados, vivemos de fazer contas, vamos ser franco. Cada qual faz conta. Este mês, com a família que eu tenho, os convidados que se convidam e os convidados convidados, pagando transporte — porque há Senadores e Deputados que não se beneficiam daquela bondade das companhias de aviação — pagando o transporte aéreo, como é que eu posso? Esta quase ansiedade com que cada qual recebe um convite para uma viagem, justifica-se. Eu falo porque sei.

O Diretor do Senado da República percebe setecentos e poucos mil cruzados por mês — e me perdõe citá-lo — emitiu um cheque: isto é para minhas despesas em casa deste mês. E com quanto fica para pagar o Instituto de Aposentadoria, isso e isso, às vezes um bouquet de flores para um aniversariante, um Senador amigo, etc., com que é que fica?

É isto que precisa ter paradeiro, Sr. Presidente e nobres Senadores. Antes de terminar, desejo, de público, pedir desculpas ao Senador Cafete Pinheiro. Fui muito duro com S. Ex.<sup>a</sup>, há dias. Como sou e me considero um dos seus maiores e melhores amigos, não desejo, nem de leve que S. Ex.<sup>a</sup> guarde qualquer mágoa do seu amigo Aurélio Viana.

Pego, portanto, publicamente, desculpas a S. Ex.<sup>a</sup>, se sentiu ofendido pelo meu pronunciamento, sem que eu me arrede do princípio primeiro, pedindo então à Mesa, como Mesa, que se o Regimento é aplicado a uns, que seja a todos; ou que se há liberalidade, que haja para todos.

Era só. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos, de acordo com o art. 163, § 2º, do Regimento.

#### O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, não cometeria a imprudência de afirmar que os três dias que passei em Montevideo tenham permitido o conhecimento da realidade daquele país.

umas e outras observações, estranhas ao IX Congresso da Confederação das Organizações Turísticas da América Latina — tema do discurso que proferi em dias da semana passada — pude, todavia, colher. E porque as tenho como de desejo transmiti-las desta tribuna. O país tradicionalmente amigo, nos dias atuais, não faz jus ao tranqüilo título de "Suíça Sul Americana". A crise que atravessa é profunda e se reflete em todos os setores da vida nacional. População em decréscimo, custo de vida em ascensão, política agitada, desenvolvimento econômico penoso, moeda em desvalorização, furo industrial medíocre, pesados encargos sociais.

As origens desses males que, agora, atingem uma intensidade inusitada encontram-se, ao que me parece, em duas causas imediatas: o fracasso do sistema colegiado de Governo — maldita herança que "colorados" levaram a "brancos", quando, a fim de quase cem anos lhes cederam o poder — e os crescentes reflexos negativos na economia do país provocados pela instabilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional. Há, ainda, uma causa imediata que se situa na impressão

nante decréscimo do índice de expansão demográfica.

Se, sob a maioria dos aspectos da crise uruguaia, o nosso país não pode nem deve mudar a atitude que vem mantendo até aqui de atento observador, sob alguns deles, deve e pode, no interesse do equilíbrio político e desenvolvimento econômico e social da América Latina assumir posição construtiva.

Os sucessos de Março e Abril de 1964 levaram ao vizinho país, segundo informações que lá colhemos, 700 exilados, hoje reduzidos a menos de 100. A presença desses brasileiros provocou reações na opinião pública uruguaia, explorações de determinados setores de órgãos orientadores de sua opinião pública e problemas diplomáticos de todos nós conhecidos.

Para que tais fenômenos — hoje, por força do tempo, já um pouco esmaecidos mas ainda presentes — não semeiam uma imagem distorcida da figura permanente de nosso país e não provoquem dificuldades de um bom convívio e entendimento entre Brasil e Uruguai, parece-nos indispensável uma maior intercâmbio cultural entre as duas nações.

A par do trabalho do Instituto Brasil-Uruguai, de Montevideo, frequentado por 600 alunos, cuja direção está sendo entregue à experiência do Sr. Albino Peixoto, é necessário e urgente que as manifestações de nossa cultura sejam levadas de outras maneiras ao povo uruguaio, principalmente à sua mocidade universitária. Um grande nome de nossas letras ou artes como asilado cultural, um programa de bolsas de estudo para jovens uruguaios frequentarem as nossas universidades, em plano de exposições, mostras e conferências, de modo a que possam ser conhecidas as conquistas brasileiras nos mais diversos campos da atividade humana.

Devemos, igualmente, voltar as nossas preocupações para o setor econômico. O Brasil tem condições de, com reais vantagens, colaborar nesse terreno, com o Uruguai. No momento, o grande entrave a uma intensificação do nosso intercâmbio comercial com o país vizinho, é o saldo de 40.000.000 de dólares que, a nosso favor, acusa a balança de pagamentos. Ademais, face à crise cambial que atravessa, o Uruguai elevou para 11% ad valorem a taxa consular incidente sobre produtos brasileiros tradicionais em sua pauta de importação, como café, mate e madeira.

Há, porém, boa acolhida para nossos produtos industriais, inclusive tecidos. Em 1965, o Brasil adquiriu todo o excedente da safra de trigo uruguaio, num volume de 60.000 toneladas. Deverá adquirir, em breve, mais 30.000 toneladas desse produto.

Para equilibrar a balança de pagamentos e melhorar o regime de trocas, há, ainda, a perspectiva de um acordo para levar a indústria pesqueira brasileira às águas uruguaias. Como se sabe, é riquíssimo em pescado o banco que das proximidades do litoral uruguaio, em suas águas territoriais se estende, na direção Norte-Sul, paralelamente à sua costa até as águas argentinas, para além de Mar del Plata. Por sua vez, a indústria gaúcha teria condições de absorver o produto da pesca que barcos uruguaios e brasileiros realizassem naquela área.

O Itamarati encaminhou, nesse sentido, um convênio entre a SUDEPE e a SUIPA (entidade estatal uruguaia). Em síntese, o projeto de convênio consagra a permissão de barcos brasileiros pescarem em águas uruguaias, juntamente com os barcos daquele país. A produção das duas frotas seria absorvida pela indústria do Rio Grande do Sul. A produção dos barcos brasileiros seria, no convênio de pagamentos, levada à conta

de crédito uruguaio. Assim, haveria uma melhora na balança de pagamentos e a possibilidade real de aumento nas trocas comerciais. A SUDEPE, surpreendentemente ao convênio.

Nesse programa de colaboração entre as duas nações, ganham especial relevo os projetos da ponta internacional na cidade de Artigas e do aproveitamento econômico da Lagoa Mirim. Sua execução, sem delongas, constituirá um notável progresso nas boas relações entre os dois países.

Tornaremos a esse aspecto do problema quando, proximamente, voltar à tribuna para relatar o que pude observar em nossa missão junto à ALALC.

Senhores Senadores, visitando uma nação como o Uruguai é que sentimos as graves responsabilidades do Brasil no Continente Sul Americano. Seu povo, assim como sua elite dirigente — que tivemos oportunidade de conhecer mais intimamente no almôço que, com a presença do Presidente da Câmara de Representantes, Sr. Mario Heber, do Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara de Representantes, Deputado Isabelino Arocena, do Ministro Alarico da Silveira Júnior, Encarregado de Negócios do Brasil, do Sr. Inocência Sánchez, Representante da Varig, do Sr. Herbert Buenaventura, Presidente da COTAL, do Sr. Ciro Ciombi, Presidente da Comissão Nacional de Turismo do Uruguai e dos nossos colegas de representação parlamentar, — nos ofereceu o Senador Héctor Pavessé Reyes, Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais do Senado do Uruguai — têm os olhos postos no Brasil.

Essa preocupação foi-nos testemunhada, igualmente, pela representação de nosso país no Uruguai. Na visita que fizemos à nossa Embaixada, pudemos constatar, a par do exemplar trabalho desenvolvido pelo Ministro Alarico da Silveira Júnior e seus auxiliares Marcos Cártes e Alvaro Franco, sentimos o quanto de importante há que realizar no Uruguai.

Sentimentos os mais diversos resultam dessa observação. A nós cabe, vencendo a barreira do idioma e outras, estimular e enriquecer aqueles sentimentos de solidariedade e admiração que nos votam os povos da América Latina, mesmo que, o destino de liderança democrática do Continente a nós nos caberá um dia. (Muito bem! Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guionard  
Vivaldo Lima  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Victorino Freire  
Joaquim Parente  
Dix-Huit Rosado  
Ruy Carneiro  
Rui Palmeira  
José Leite  
Gilberto Marinho  
José Feliciano — 12.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a hora do Expediente.

Sobre a mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### Requerimento nº 129, de 1966

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência sejam solicitadas do Ministério da Fazenda as seguintes informações:

1) Têm procedência as queixas estampadas na Imprensa do Rio de Janeiro de que está sendo efetuado com

atraso o pagamento de pensionistas do Tesouro Nacional?

2) Na hipótese afirmativa quais os motivos determinantes do atraso?

3) Quais as medidas adotadas para regularizar essa situação?

Sala das Sessões, 29 de março de 1966. — Gilberto Marinho

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido está publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

Sobre a mesa expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Rio de Janeiro, 22 de março de 1966. Exmo. Sr. Senador Auro de Moura Andrade

Presidente do Senado Federal  
Brasília — DF.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Exa. que ao tomar conhecimento de que os ilustres Senadores Dinarte Mariz, José Cândido Ferraz, Heribaldo Vieira e Aurélio Vianna visitarão brevemente o Japão, meu Governo gostaria de convidá-los para uma visita a Taiwan, juntamente com o grupo parlamentar que irá à Austrália, onde participará da reunião do Conselho da União Interparlamentar em meados de abril p. vindouro.

Durante a sua estada no meu país, os ilustres parlamentares serão hóspedes oficiais do Governo chinês, o qual, além de recebê-los com as devidas honras, terá prazer em mostrar-lhes todos os aspectos da vida nacional chinesa que lhes interessarem conhecer.

No aguardo do amável pronunciamento de V. Exa. sobre o acima exposto, valho-me do ensejo para reiterar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Shao-Chang Hsu, Embaixador da China.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acerca do comparecimento de 35 Senhores Senadores.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 52, de 1965, que suspende a execução dos arts. 6º, § 2º, 21, letra i e m, 1ª parte, 37, letra d, 44, 45, 65, letras a, b, c, d, 66, 77, § 1º, 85, 87 e 146 Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos arts. 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra f, do Ato das Disposições Transitorias, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, tendo PARECERES da Comissão de Constituição e Justiça

nº 567, de 1965 — apresentando o Projeto;

nº 9, de 1966 — (audiência solicitada pelo Requerimento nº 601, de 1965) oferecendo substitutivo (Emenda nº 1-CCJ) com voto vencido do Sr. Senador Eurico Rezende.

Em discussão o projeto, com o substitutivo. (Pausa.)

Se nenhum Senhor Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Vota-se em primeiro lugar, o Substitutivo que, se aprovado, prejudica o Projeto.

Em votação. (Pausa.)

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)



Está aprovado. O projeto fica prejudicado. A matéria vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o Substitutivo aprovado:

#### EMENDA Nº 1 — CCJ

Art. 1º E' suspensa a execução do art. 6º, do § 2º do art. 16, da letra 1 do art. 21, da letra d do art. 43, do parágrafo único do art. 44, do § 1º do art. 45, das letras a, b e d do artigo 65, do art. 66, do § 1º do art. 77, dos arts. 85 e 87 e do parágrafo único do art. 146 da Constituição do Estado de São Paulo, assim como do nº I do art. 3º quanto à nomeação de Prefeitos, do art. 28 e da letra j do art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, na Representação nº 96, em 3 de outubro de 1947.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

E' o seguinte o Projeto prejudicado:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1965

Suspende a execução dos arts. 6º, § 2º, 21, letras "i" e "m", 1ª parte, 37, letra "d", 43, letra "d", 44, 45, 65, letra "a", "b", "c", "e", 66, 77, § 1º, 85, 87 e 146 da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos arts. 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra "j", do Ato das Disposições Transitorias.

Art. 1º E' suspensa a execução dos arts. 6º, § 2º, 21, letras i e m, 1ª parte, 37, letra d, 43, letra d, 44, 45, 65, letras a, b, c, e d, 66, 77, § 1º, 85, 87 e 146 da Constituição do Estado de São Paulo, de 9 de julho de 1947, e dos arts. 3º, nº 1 (quanto a prefeitos), 28 e 30, letra j, do Ato das Disposições Transitorias da mesma Constituição, julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade) — Item 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 235-B, de 1965, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas e suas Agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 22 dias do mês de dezembro de 1964, tendo Pareceres favoráveis (ns. 170, 171 e 172, de 1966) das Comissões — de Relações Exteriores, de Educação e Cultura e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1965

(Nº 235-B/65, Na Câmara)

Aprova o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas e suas Agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara,

aos 29 dias do mês de dezembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas e suas Agências especializadas, no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 29 dias do mês de dezembro de 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 32/65 DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o art. 66, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de uma exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, assinado no Rio de Janeiro, Guanabara, aos 29 dias do mês de dezembro de 1964.

Brasília, em 15 de março de 1965. — H. Castello Branco.

E. M. CNAT/DAI/DNU/37.550.0-04 DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 25 de fevereiro de 1965

A. S. Exº o Sr. Marechal

Humberto de Alencar Castello Branco,

Presidente da República.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exª, para submissão ao referendo do Congresso Nacional, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, o incluso texto do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal, firmado aos 29 dias do mês de dezembro de 1964, no Rio de Janeiro, Guanabara, por mim e pelo Representante Residente da Junta de Assistência Técnica e Diretor dos Programas do Fundo Especial da ONU no Brasil, em nome das Nações Unidas e das Agências Especializadas acima relacionadas.

2. O presente Acordo Básico destina-se a substituir o Acordo firmado entre o Brasil e as Nações Unidas, a 11 de setembro de 1952, e promulgado pelo Decreto nº 41.650, de 1 de junho de 1957, que regula, até o presente, a assistência técnica prestada pela ONU ao Brasil, dentro dos quadros do Programa Regular e do Programa Ampliado de Assistência Técnica para o

Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos, do qual nosso País é um dos grandes beneficiários.

3. O Acordo Básico ora firmado vem regular as relações entre o Brasil e as Agências Especializadas da ONU, que executam os projetos de assistência técnica das Nações Unidas e que não eram parte do Acordo de 1952.

4. O interesse e vulto dessa cooperação podem ser avaliados ao apreciarem-se os projetos do Programa Ampliado, que estarão em execução no Brasil no biênio 1965-1966. Esses projetos, que compreendem a vinda de peritos da ONU, nas mais variadas especialidades, a concessão de bolsas de estudo a técnicos brasileiros e a doação de equipamento especializado, têm um valor total de US\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares) e abrangem os setores do desenvolvimento econômico regional, programação e planejamento econômico, treinamento de pessoal técnico e administrativo, administração pública, planejamento e programação agrícola, produção agropecuária, pesca, hidrologia, levantamento de recursos naturais, utilização pacífica da energia atômica, reabilitação profissional, controle da poluição da água e do ar, educação etc.

5. No que respeita às facilidades, privilégios e imunidades a serem concedidas pelo Governo Brasileiro aos bens, fundos, haveres, funcionários e peritos dos Organismos internacionais, o presente Acordo limita-se ao já estabelecido pela Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil a 11 de novembro de 1949 e promulgada pelo Decreto nº 27.784, de 16 de fevereiro de 1950, publicado no Diário Oficial de 14 de março de 1950, e, caso venha a ser igualmente ratificado pelo Brasil, ao "Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica".

6. Trata-se assim de ato que nada acrescenta às obrigações que já assume o Governo brasileiro ao solicitar e receber aquela assistência.

7. Em vista do exposto, permito-me, Senhor Presidente, ressaltar o interesse do Governo brasileiro em obter a rápida aprovação do referido Acordo Básico pelo Congresso Nacional e, para esse fim, anexo à presente oito cópias autenticadas do texto em português do Acordo, bem como projeto de mensagem ao Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª, Sr. Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — V. da Cunha.

#### ACORDO BASICO DE ASSISTENCIA TECNICA

Entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil (doravante denominado "o Governo") e a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia

Atômica e a União Postal Universal (doravante denominadas "os Organismos"), membros da Junta de Assistência Técnica;

Animados do desejo de dar execução às resoluções e decisões referentes à assistência técnica dos Organismos, que visam a promover o progresso econômico e social e o desenvolvimento dos povos;

Firmam o presente Acordo, imbuídos do espírito de amistosa cooperação.

#### ARTIGO I

##### Prestação de Assistência Técnica

Os organismos prestarão ao Governo assistência técnica, condicionada à existência dos fundos necessários. O Governo e os Organismos, estes agindo conjunta ou separadamente, deverão cooperar na elaboração, com base nos pedidos apresentados pelo Governo e aprovados pelos Organismos, de programas de operações de mútua conveniência para a realização de atividades de assistência técnica.

A assistência técnica será prestada e recebida de conformidade com as resoluções e decisões das assembleias, conferências e outros órgãos dos Organismos; a assistência técnica, prestada no quadro do Programa Ampliado de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos, será, em particular, prestada e recebida de acordo com as Observações e Princípios Básicos estabelecidos no Anexo I da Resolução nº 222-A (IX) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, de 15 de agosto de 1949.

3. Essa assistência técnica poderá consistir em:

- proporcionar serviços de peritos para assessorar e prestar assistência ao Governo ou por intermédio deste;
- organizar e dirigir seminários, programas de treinamento profissional, empreendimentos-piloto, grupos de trabalho de peritos e atividades correlatas nos locais que forem, de comum acordo, escolhidos pelas partes;
- conceder bolsas de estudos e aperfeiçoamento, ou adotar outras providências que possibilitem a candidatos designados pelo Governo, e aprovados pelos Organismos interessados, estudar ou receber treinamento profissional fora do País;
- preparar e executar projetos-piloto, testes, experiências ou pesquisas em locais que venham a ser escolhidos de comum acordo;
- prestar outra forma de assistência técnica que venha a ser acordada entre o Governo e os Organismos;

4. a) Os peritos incumbidos de assessorar e prestar assistência ao Governo, ou por intermédio deste, serão selecionados pelos Organismos em consulta com o Governo, e serão responsáveis perante os Organismos interessados;

b) no desempenho de suas funções, os peritos atuarão em estreita consulta com o Governo, e com as pessoas ou órgãos por este designados para tal fim, devendo cumprir as instruções do Governo sempre que estiverem de acordo com a natureza de suas funções e assistência a ser prestada e segundo o que for mutuamente acordado entre o Governo e os Organismos interessados;

c) no desempenho de sua atividade de assessoramento, os peritos deverão enviar todos os esforços no sentido de instruir o pessoal técnico que com eles vier a trabalhar, por indicação do Governo, acerca de seus métodos, técnicas e práticas profissionais, e sobre os princípios em que os mesmos se baseiam.

5. Os Organismos conservarão a propriedade de quaisquer equipamentos técnicos ou materiais que vierem a fornecer, a menos que ou até que tal propriedade possa ser transferida.

nas condições e termos mutuamente acordados entre o Governo e os Organismos interessados.

b. O Governo terá a seu cargo a tramitação de todas as reclamações que possam vir a ser feitas por terceiros contra os Organismos e seus peritos, agentes ou funcionários, e indenizará de prejuízo estes Organismos e seus peritos, agentes ou funcionários, no caso de quaisquer reivindicações ou obrigações resultantes de atividades efetuadas nos termos do presente Acordo, exceto quando o Governo, o Presidente Executivo da Junta de Assistência Técnica e os Organismos interessados concordarem em que tais reivindicações ou obrigações provêm de negligência grave ou falta voluntária desses peritos, agentes ou funcionários.

#### ARTIGO II

##### Cooperação do Governo Relativa à Assistência Técnica

1. O Governo enviará todos os esforços a seu alcance a fim de assegurar a utilização eficaz da assistência técnica prestada e, em particular, concordará em aplicar, da maneira mais ampla possível, as disposições que constam do Anexo I da Resolução número 222-A (IX) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sob a epígrafe "Participação dos Governos Solicitantes".

2. O Governo e os Organismos interessados consultar-se-ão a respeito da publicação, conforme for conveniente, de quaisquer descobertas e resultados de peritos que possam ser de utilidade para outros países e para os próprios Organismos.

3. Em qualquer caso, o Governo, na medida do possível, porá à disposição dos Organismos interessados informações sobre as medidas adotadas em consequência da assistência prestada, assim como sobre os resultados obtidos.

4. Por acordo mútuo, o Governo declarará aos peritos o pessoal técnico necessário à plena aplicação do disposto no Artigo I, § 4º, alínea c, acima.

#### ARTIGO III

##### Obrigações Administrativas e Financeiras dos Organismos

1. Os Organismos custearão, no todo ou em parte, segundo possa ser mutuamente acordado, as despesas de assistência técnica pagáveis fora do Brasil (durante denominado "no País"), a saber:

- a) os salários dos peritos;
- b) as despesas com o transporte e a subsistência dos peritos durante sua viagem de ida até o ponto de ingresso no País, e de volta a partir desse ponto;
- c) o custo de quaisquer viagens fora do País;
- d) o seguro dos peritos;
- e) a aquisição e o transporte, até o ponto de ingresso no País e a partir do ponto de saída do mesmo, de todo equipamento ou material fornecido pelos Organismos;
- f) quaisquer outras despesas apropriadas pelos Organismos interessados, realizadas fora do País.

2. Os Organismos interessados cobrirão, em moeda local do País, as despesas que não forem pagáveis pelo Governo, nos termos do Artigo IV, parágrafos 1 e 2, deste Acordo.

#### ARTIGO IV

##### Obrigações Administrativas e Financeiras do Governo

1. O Governo contribuirá para as despesas de assistência técnica, custeado, ou fornecendo diretamente, as seguintes facilidades e serviços:

- a) serviços locais de pessoal técnico administrativo, inclusive o necessário auxílio local de secretária, de intérpretes-tradutores e serviços corretores;

- b) as dependências para escritórios e outros locais necessários;
- c) equipamentos e materiais produzidos no País;

d) transporte, dentro do País, de pessoal, materiais e equipamentos para fins oficiais, inclusive transporte local;

e) correio e telecomunicações para fins oficiais;

f) serviços e facilidades médicas para o pessoal da assistência técnica nas mesmas condições que existam para os servidores civis do País.

2. a) Os auxílios de subsistência local dos peritos, serão pagos pelos Organismos, mas o Governo contribuirá para tais auxílios de subsistência local com uma importância a ser estabelecida pelo Presidente-Executivo da Junta de Assistência Técnica, de acordo com as resoluções e decisões pertinentes do Comitê de Assistência Técnica e outros órgãos dirigentes do Programa Ampliado de Assistência Técnica;

b) antes do início de cada ano, ou de um período de meses mutuamente acordado, o Governo adiantará, sobre o montante total de sua contribuição, uma importância a ser determinada pelo Presidente-Executivo da Junta de Assistência Técnica, nos termos das decisões e resoluções mencionadas no parágrafo anterior. Ao fim de cada ano ou período, o Governo pagará, ou, conforme for o caso, lhe será creditada, a diferença entre a importância por ele paga por antecipação e o montante total de sua contribuição, exigível nos termos da alínea a) precedente;

c) as contribuições do Governo para tais auxílios de subsistência local serão creditadas à conta que, para tal fim, for designada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com as normas que vierem a ser mutuamente acordadas;

d) a expressão "perito", tal como é empregada neste parágrafo, compreende também qualquer outro pessoal de assistência técnica designado pelos Organismos para servir no País, nos termos do presente Acordo executando-se qualquer representante no País, da Junta de Assistência Técnica e seu pessoal administrativo;

e) o Governo e o Organismo Interessado poderão entrar em acordo sobre outras modalidades de pagamento dos auxílios de subsistência local dos peritos cujos serviços sejam prestados dentro de um programa de assistência técnica custeado pelo orçamento regular de um dos Organismos.

3. Quando for cabíveis, o Governo porá à disposição dos Organismos a mão-de-obra, o equipamento, os materiais e outros serviços ou bens que venham a ser necessários à execução do trabalho de seus peritos e outros funcionários, segundo o que vier a ser mutuamente acordado.

4. O Governo custeará a parcela das despesas a serem pagas fora do País, cujo custeio não couber aos Organismos, e segundo o que for mutuamente acordado.

#### ARTIGO V

##### Facilidades, Privilégios e Imunidades

1. O Governo, caso ainda não esteja obrigado a fazê-lo, aplicará aos Organismos, a seus bens, fundo e haveres, bem como a seus funcionários, inclusive peritos de assistência técnica.

a) com respeito à Organização das Nações Unidas, a "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas";

b) com respeito às Agências Especializadas, a "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas";

c) com respeito à Agência Internacional de Energia Atômica, o "Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica" ou, enquanto tal Acor-

do não for aprovado pelo Brasil, a "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas".

2. O Governo tomará todas as providências destinadas a facilitar as atividades dos Organismos, segundo o disposto no presente Acordo e a assistir os peritos e outros funcionários dos referidos Organismos na obtenção das facilidades e serviços necessários ao desempenho de tais atividades. O Governo concederá aos Organismos seus peritos e demais funcionários quando no desempenho das responsabilidades que lhes cabem no presente Acordo, a taxa de câmbio mais favorável.

#### ARTIGO VI

##### Disposições Gerais

1. O presente Acordo entrará em vigor na data em que o Governo notificar os Organismos de que foi aprovado pelos órgãos competentes, do Poder Legislativo do Brasil.

2. As disposições do presente Acordo não se aplicam a assistência técnica prestada ao Governo pelos Organismos no âmbito de seus programas regulares de assistência técnica, nos casos em que tais programas forem regidos por quaisquer acordos para este fim concluídos entre o Governo e os referidos Organismos.

3. O presente Acordo poderá ser modificado por acordo entre o Governo e os Organismos interessados. Qualquer assunto concernente ao presente Acordo e nele não previsto será resolvido entre o Governo e os Organismos interessados, dentro do espírito das resoluções e decisões pertinentes das assembleias, conferências, conselhos e outros órgãos dos Organismos. Cada Parte Contratante examinará com atenção e espírito de cooperação qualquer proposta que a outra Parte apresente para chegar a tal acordo.

4. O presente Acordo poderá ser denunciado pelo Governo ou pela outra Parte, por qualquer um dos Organismos, na medida de seus respectivos interesses, mediante notificação escrita à outra Parte Contratante, a qual produzirá seus efeitos 60 (sessenta) dias a contar de seu recebimento.

5. O presente Acordo é firmado em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.

Em fé do que os abaixo assinados representantes, devidamente designados pelo Governo e pelos Organismos assinaram, em nome das Partes Contratantes, o presente Acordo, na cidade do Rio de Janeiro, aos 29 do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil. — Vasco T. Leitão da Cunha.

Pela Organização das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Organização de Aviação Civil Internacional, a Organização Mundial de Saúde, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial, a Agência Internacional de Energia Atômica e a União Postal Universal. — Georges Peter.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 3:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1965, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que denomina Dia da Independência a data de sete de setembro, e traça normas para sua comemoração, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS (ns. 176 e 177, de 1966) das Comissões — de Constituição e Justiça e — de Educação e Cultura. Em discussão o projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Esta aprovado. Voltará à Ordem do Dia para o 2º turno regimental.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1965

Denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sob a denominação de Dia da Independência a data de sete de setembro será comemorada anualmente, em todo o território nacional, de conformidade com as recomendações constantes desta lei e as instruções expedidas pelas autoridades competentes.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Educação e Cultura, em coordenação com as Secretarias de Educação dos Estados e com as Prefeituras Municipais, a organização e realização das solenidades e atos cívicos comemorativos do Dia da Independência.

Art. 3º Com a finalidade de explicar o significado político, no acontecimento exaltar a ideia de pátria, estimular o amor à liberdade, cultivar as tradições nacionais, estimular os sentimentos de solidariedade e o amor ao trabalho construtivo como fatores de preservação e fortalecimento da independência, os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior farão realizar:

a) no dia útil imediatamente anterior à data histórica, palestras cívicas nos estabelecimentos de ensino, por componentes dos respectivos corpos docente e discente, ou pessoas, especialmente convidadas;

b) no dia do transcurso da efeméride, festas e espetáculos públicos, preferentemente de cunho folclórico, palestras e conferências, se possível radiofônicas e televisionadas, exposições, divulgações de poemas, artigos, estudos, contos, fotografias e outros alusivos à data.

Parágrafo único. Sempre que possível a coincidência, a inauguração de obras públicas bem como a de particulares de real significado para o progresso nacional, deverá constar dos atos e solenidades comemorativas do Dia da Independência.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Discussão, em segundo turno (2º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, de iniciativa do Sr. Senador José Eurímio, que dá nova redação ao § 1º do art. 153 da Constituição Federal (aproveitamento dos recursos e energia hidráulica), tendo

PARECER FAVORÁVEL (nº 24 de 1966) da

— Comissão Especial

Em discussão o projeto, no 2º dia do seu segundo turno. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

O projeto voltará à Ordem do Dia para prosseguimento da discussão. (Pausa)

Está encerrada a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vitalino Lima.

## D SR. VIVALDO LIMA

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, não obstante as tarefas ingentes de sua missão benfeitora voluntária, sob o signo próprio, o qual se vê desfraldado, sobretudo nas épocas anormais, de calamidade ou de guerra, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha, ontem, dedicou os momentos de interregno, na sua ajuda médico-social aos grupos populacionais da Guanabara assolados pelas intempéries catastróficas de sábado e domingo, às expansões incontidas de seus servidores, por motivo de passagem do quinquentenário da fundação de sua Escola de Enfermagem.

Naqueles idos de março de 1916, o estopim de Serajévo, na Sérvia, já repercutiu em todos os continentes com os nefastos estrondos cada mais dizimadores, originários de uma tragédia estúpida maquinada doidamente por uma seita de fanáticos incontroláveis.

Não se dava quartel, então, na luta inglória de vida ou de morte, em que se empenhavam os antagonistas ferrenhos, em terra, no ar e nos mares, tanto que uma decisão fôsse, a qualquer preço, obra pura ou satânica das armas ceifadoras. No meio da hecatombe, que, havia, dois anos, destroçava uma geração, destruindo-lhe tudo que amanhara e construira, a família, os bens e a própria pátria, neste Brasil, já envolvido em seus tentáculos apocalípticos, na sua Cruz Vermelha, em guarda diuturna com as convenções de Genebra em riste, a vanguarda dirigente apercebeu-se que, malgrado as atribulações tantas da tenebrosa época, incorreria em omissão imperdoável se esperasse ocasião melhor para lançar os fundamentos de um ensino específico, que lhe assegurasse, contemporânea ou futuramente, enfermeiras regulares, adestradas, sobretudo, para a eventualidade de guerra.

Desde aí, de 28 de março de 1916, até a presente data, uma trajetória escolar fixou-se, dentro das multifôrmes atividades da Instituição, como de utilitária finalidade mesmo nos tempos normais, face ao reforço numérico dado aos quadros de enfermagem profissional, reconhecimento deficiente.

Sob direções capazes, como a atual na pessoa da laureada enfermeira Irene de Miranda Cotejipe Milanez, desdobrou-se ainda com vista ao adestramento do voluntariado próprio, organizando cursos de samaritanas e socorristas, além de ministrar noções de prevenção de acidentes, nas vias públicas ou nos lares, a quantos grupos de escolares ou donas de casa, fossem possível reunir em vários cantos do País.

Dai os milhares de criaturas que guardam orgulhosamente entre seus objetos pessoais nobres o distintivo característico da humanitária cruzada, prontas a exibi-lo ao primeiro toque de clarim nas emergências calamitosas ou nos desajustes guerreiros entre nações, agora o que, no cotidiano, surge inesperadamente em sua presença, encontrando-as aptas a um lenitivo imediato e à indicação consistente da etapa seguinte necessária a qualquer enfermo ou acidentado.

Com tais cursos em profusão, sob os cuidados vigilantes de técnicos prestados, recrutados nos seus próprios quadros hospitalares e escolares, ou, mesmo, avulsamente, em outras fontes idôneas, a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, inegavelmente, já encaminhou aos setores sociais ou de socorros da Instituição, como permanente reserva, quase duas dezenas de milhares de socorristas para o respaldo devido na sua obra humanitária, onde quer que se faça preciso.

Eis, Sr. Presidente, nestas breves linhas, a consagrada Escola de Enfermagem que, pioneiramente, se criou no Brasil, há meio século, com tão sublimes designios, dentro de nossas fronteiras ou fora delas, sob a inspiração alta de solidariedade humana, sem discriminação qualquer, em todos os cantos do Mundo.

Eis o que tinha a dizer. (Muito bem!)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Guido Modin. (Pausa)

S. Exa. desistiu da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio. (Pausa)

S. Exa. não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Lembro aos Srs. Senadores que, hoje, às 21,30 horas, as duas Casas do Congresso se reunirão para a apreciação de nove vetos presidenciais.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 30 DE MARÇO DE 1966  
(Quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966 (nº 3.383-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Projeto do Executivo e de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1966 (nº 3.385-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 322, de 1965 (nº 715-D-63 na Casa de origem), que estabelece o número de estrelas que devem figurar na Bandeira Nacional, tendo parecer favorável, sob nº 173, de 1966, da Comissão de Educação e Cultura.

4

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço, e dá outras providências, tendo parecer, sob nº 165, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação.

5

Discussão, em turno único, do Parecer nº 168, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 347-P (3) do Supremo Tribunal Federal, relativo à declaração de inconstitucionalidade do Decreto número 365, de 11 de dezembro de 1942, expedido pelo Interventor Federal no Rio Grande do Sul (Parecer pelo arquivamento, em virtude de já haver sido praticado o ato de suspensão do

referido diploma legal, através da Resolução nº 47, de 1961).

6

Discussão, em segundo turno (3ª dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, de iniciativa do Sr. Senador José Ermírio, que dá nova redação ao § 1º do art. 153 da

Constituição Federal (aproveitamento dos recursos minerais e energia hidráulica), tendo parecer favorável (nº 34, de 1966), da Comissão Especial.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

## ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora tomou conhecimento, nos termos do art. 10 da Resolução nº 8, de 1963, das indicações feitas para os Gabinetes dos seguintes titulares:

## GABINETE DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Tone Ramos de Figueiredo — Secretária.

José da Silva — Auxiliar.

Antonio da Costa Bernardo — Continuo.

Miguel Ribeiro Barros — Motorista.

## GABINETE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Marília Távora — Secretária.

Paulo Irineu Portes — Auxiliar.

Jorge Antunes — Continuo.

Antonio Ceolin — Motorista.

## GABINETE DA COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIOR

Alda Ortega — Secretária.

Leda Fialho Diniz Martins — Auxiliar.

Lea Araujo de Pina — Auxiliar.

Geraldino Alves Porto — Continuo.

Marcio José Alves Romani — Motorista.

## GABINETE DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Marília Brício Dolher da Silva — Secretária.

Aristoteles Pereira Madruga — Continuo.

José Flavio Mota da Costa — Motorista.

Secretaria do Senado Federal, 29 de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Republique-se por ter saído com incorreções:

## GABINETE DO VICE-PRESIDENTE

José Valdo Campelo — Secretário.

Geraldo Gama de Azevedo — Oficial de Gabinete.

Luzia Joanne Marie Lisboa Robichez — Auxiliar.

Janete de Miranda Parca — Auxiliar.

Vânia Mendonça de Figueiredo — Auxiliar.

Celso Saleh — Auxiliar.

José Bulhões da Costa — Continuo.

Leil Azevedo Gomes — Continuo.

Aurélio Barbosa da Silva — Motorista.

Celdir Lacerda — Motorista.

## GABINETE DA COMISSÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS

Ary Feliciano de Araújo — Secretário.

Enaura Lúcio de Souza — Auxiliar.

Mário Mendes da Silva — Continuo.

Darcy Vianna — Motorista.

## GABINETE DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Evandro Mesquita — Secretário.

Jaime Pereira de Souza — Continuo.

Avelar José Roberto — Motorista.

Secretaria do Senado Federal, 23 de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 17 DE 28 DE MARÇO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Aloisio Barbosa de Souza, Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, e Roberto Veloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente havido com o auto-ônibus do Senado, placa nº 4.625, sob a direção do motorista Osvaldo Cesarino Rosa, e o carro de praça Volkswagen, placa nº 5-82-28, dirigido por Juarez Falmieri, bem como para avaliar os danos sofridos pela referida viatura.

Secretaria do Senado Federal, em 2º de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

## EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, Helio Chaves, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência ao Serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no artigo 210, item II e parágrafo 2º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 2º de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.

## Atos do Sr. Diretor Geral

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

## Solicitando Férias:

DP-133-66 — de Paulo Rubens Pinheiro Guimarães, Auxiliar Legislativo, PL-9, relativas aos exercícios de 1964 e 1965, a partir de 23-2-66;

DP-155-66 — de Valdimir Silva Monte, Ascensorista, FT-7, relativa ao ano de 1965, a partir de 1º-4-66;

DP-156-66 — de Pedro Alexandre de Deus, Auxiliar de Limpeza, relativas ao exercício de 1965, a partir de 11-3-66;

DP-158-66 — de Antônio Augusto Felizola, Motorista, PL-9, relativas ao exercício de 1965, a partir de 7-3-66;

DP-160-66 — de Aloisio Mences Evarista, Guarda de Segurança, relativas ao ano de 1965, a partir de 1º-3-66;

DP-184-66 — de João Ferreira Filho, Motorista, PL-10, relativas ao exercício de 1965, a partir de 10 de março de 1966.

DP-199-66 — de Sinval Pereira dos Santos, Auxiliar de Limpeza, relativas ao ano de 1965, a partir de 7 de março de 1966;

DP-223-66 — de Manoel Corrêa Fuzo, Auxiliar de Portaria, PL-10, relativas ao ano de 1965, a partir de 14-3-66;

DP-227-66 — de Vicente de Paula de Souza Lopes, Auxiliar Legislativo, PL-10, relativas ao exercício de 1964, a partir de 14-3-66;

DP-236-66 — de Manoel Elias So-  
rinho, Guarda de Segurança, rela-

tivas ao exercício de 1964, a partir de 11-3-66;

*Solicitando abono de faltas por motivos escolares:*

DP-151-66 — de Eduardo Rui Barbosa, Auxiliar Legislativo, PL-8, no período de 14 a 18-2-66;

DP-212-66 — de Evandro de Almeida Mauro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no período de 10-2-66 a 3 de março de 1966;

DP-241-66 — de Arnaldo Gomes, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 10 e 11-3-66;

Deferiu o requerimento DP-203-66, de Aracy O'Reilly de Souza, solici-  
tando a anexação em seus assenta-

mentos do Diploma expedido pelo Ministério da Aeronáutica concedendo-lhe a medalha "Mérito Santos-Dumont";

Concedeu, nos termos do art. 310 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 35 da Resolução n.º 6, de 1960, salário-família ao seguinte funcionário:

José Bulhões da Costa, Auxiliar de Portaria, PL-9, em relação a sua filha Maristela, a partir de março do corrente ano; — DP-219-66.

Indeferiu, por falta de amparo legal, o requerimento DP-166-66 de Jupy de Oliveira Pereira, Auxiliar de Limpeza, PL-15, solicitando férias;

Exarou o seguinte despacho na Sindicância n.º 6-65, instaurada para apurar incidente havido entre Almir Hipólito, Servente de Administração, FT-8, e Adalberto de Souza Barros, Vigia, FT-8:

"A vista das conclusões a que chegou a Comissão de Sindicância, resolvo manter a suspensão que apliquei aos servidores Almir Hipólito, Servente de Administração, FT-8, e Adalberto de Souza Barros, Vigia, FT-8, do Quadro Especial desta Secretaria."

.....  
Diretoria do Pessoal, em 24 de março de 1966. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva — Diretora.



**MESA**

Presidente — Moura Andrade  
Vice-Presidente — Nogueira da Gama  
1º Secretário — Dinarte Mariz  
2º Secretário — Gilberto Marinho  
3º Secretário — Barros Carvalho  
4º Secretário — Cattete Pinheiro  
1º Suplente — Joaquim Parente  
2º Suplente — Guido Mondim  
3º Suplente — Sebastião Archer  
4º Suplente — Raul Giuberti

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jose Ermirio  
Vice-Presidente: Eugênio Barros

**ARENA**

**TITULARES**

Eugenio Barros  
Jose Fenciano  
Lopes da Costa  
Antonio Carlos  
Juno Leite

**SUPLENTE**

Vivaldo Lima  
Atílio Fontana  
Dix-Huit Rosado  
Adolpho Franco  
Zacarias de Assumpção

**MDB**

Argemiro de Figueiredo  
Jose Ermirio

Nelson Maculan  
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(11 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Milton Campos  
Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

**ARENA**

**TITULARES**

Wilson Gonçalves  
Jefferson de Aguiar  
Afonso Arinos  
Benedicto Vieira  
Eurico Rezende  
Milton Campos  
Gay da Fonseca

**SUPLENTE**

Flinto Müller  
Jose Fenciano  
Daniel Krieger  
Menezes Pimentel  
Benedicto Valladares  
Melo Braga  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Antonio Balbino  
Arthur Virgílio  
Lezerra Neto  
Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch  
Adalberto Sena  
Edmundo Levi  
Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão - Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Silvestre Péricles  
Vice-Presidente: Lopes da Costa

**ARENA**

**TITULARES**

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira  
Lopes da Costa  
Melo Braga  
Jose Guimard

**SUPLENTE**

Jose Fenciano  
Flinto Müller  
Zacarias de Assumpção  
Benedicto Valladares  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Aurélio Vianna  
Silvestre Péricles

Oscar Passos  
Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Arthur Virgílio

**ARENA**

**TITULARES**

Atílio Fontana  
Juno Leite  
Jose Fenciano  
Adolpho Franco  
Melo Braga  
Domicio Gondim

**SUPLENTE**

Jefferson de Aguiar  
Jose Leite  
Sigefredo Pacheco  
Zacarias de Assumpção  
Dix-Huit Rosado  
Gay da Fonseca

**MDB**

Nelson Maculan  
Pedro Ludovico  
Arthur Virgílio

João Abrahão  
Josaphat Marinho  
Jose Ermirio

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Menezes Pimentel  
Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

**ARENA**

**TITULARES**

Menezes Pimentel  
Padre Calazans  
Gay da Fonseca  
Arnon de Melo  
José Leite

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
Afonso Arinos  
Melo Braga  
Sigefredo Pacheco  
Antônio Carlos

**MDB**

Antônio Balbino  
Josaphat Marinho

Arthur Virgílio  
Edmundo Levi

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras às 16:30 horas.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(15 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

**ARENA**

**TITULARES**

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Irineu Bornhausen  
Adolpho Franco  
José Leite  
Domicio Gondim  
Manoel Villaga  
Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Atílio Fontana  
José Guimard  
Eugênio Barros  
Menezes Pimentel  
Antônio Carlos  
Daniel Krieger  
Júlio Leite  
Gay da Fonseca  
Melo Braga  
Flinto Müller

**MDB**

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
João Abrahão  
Oscar Passos  
Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi  
Josaphat Marinho  
Jose Ermirio  
Lino de Mattos  
Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

**ARENA****TITULARES**

José Feliciano  
Attilio Fontana  
Adolpho Franco  
Domicio Gondim  
Irineu Bornhausen

**SUPLENTE**

Lobão da Silveira  
Vivaldo Lima  
Lopes da Costa  
Eurico Rezende  
Eugênio Barros

**M D B**

José Ermírio  
Nelson Maculan

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

**ARENA****TITULARES**

Vivaldo Lima  
José Cândido  
Eurico Rezende  
Zacharias de Assunção  
Attilio Fontana  
Heribaldo Vieira

**SUPLENTE**

José Guimard  
José Leite  
Lopes da Costa  
Eugênio Barros  
Lobão da Silveira  
Manoel Villaga

**M D B**

Aarão Steinbruch  
Edmundo Levi  
Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

**ARENA****TITULARES**

Domicio Gondim  
Jefferson de Aguiar  
Benedicto Valladares  
José Leite  
Lopes da Costa

**SUPLENTE**

Afonso Arinos  
José Feliciano  
José Cândido  
Mello Braga  
Filinto Müller

**M D B**

Josaphat Marinho  
José Ermírio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

**COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS**

(7 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

**ARENA****TITULARES**

Manoel Villaga  
Sigefredo Pacheco  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
Dix-Huit Rosado

**SUPLENTE**

Menezes Pimentel  
José Leite  
Lopes da Costa  
Antonio Carlos  
Domicio Gondim

**M D B**

Aurelio Vianna  
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quinças-feiras, às dezessete horas.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(9 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

**ARENA****TITULARES**

Jefferson de Aguiar  
Wilson Gonçalves  
Antônio Carlos  
Gay da Fonseca  
Eurico Rezende  
José Guimard

**SUPLENTE**

José Feliciano  
Filinto Müller  
Daniel Krieger  
Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen  
Rui Palmeira

**M D B**

Bezerra Neto  
José Ermírio  
Lino de Mattos

Antônio Balbino  
Aurelio Vianna  
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 MEMBROS)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

**ARENA****TITULARES**

Antonio Carlos  
Eurico Rezende  
Vasconcelos Torres

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
José Feliciano  
Dix-Huit Rosado

**M D B**

Bezerra Neto  
Lino de Mattos

Edmundo Levi  
Silvestre Pericles

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

## ARENA

## TITULARES

Benedicto Valladares  
Filinto Müller  
Rui Palmeira  
Vivaldo Lima  
Antônio Carlos  
Jose Cândido  
Padre Calazans

## SUPLENTE

José Guimard  
Victorino Freire  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Irineu Bornhausen  
Arnon de Melo  
Heribaldo Vieira

## M D B

Aarão Steinbruch  
Aurélio Vianua  
Oscar Passos  
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo  
João Abrahão  
Nelson Maculan  
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reunioes: Quartas-feiras às 16 horas.

## COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

## ARENA

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Miguel Couto  
Manoel Villaga

## SUPLENTE

Júlio Leite  
Lopes da Costa  
Eugênio de Barros

## M D B

Adalberto Sena  
Pedro Ludovico

Oscar Passos  
Silvestre Pércles

Secretário: Alexandre Mello.

Reunioes: Terças-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

## ARENA

## TITULARES

José Guimard  
Victorino Freire  
Zacarias de Assumpção  
Irineu Bornhausen  
Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

Atílio Fontana  
Dix-Huit Rosado  
Adolpho Franco  
Eurico Rezende  
Manoel Villaga

## M D B

Oscar Passos  
Silvestre Pércles

Josaphat Marinho  
Ruy Carneiro

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reunioes: Quartas-feiras às 16 hora.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

## ARENA

## TITULARES

Vasconcelos Torres  
Victorino Freire  
Mello Braga  
Arnon de Mello  
Sigefredo Pacheco

## SUPLENTE

José Feliciano  
Filinto Müller  
Antônio Carlos  
Miguel Couto  
Manoel Villaga

## M D B

Adalberto Sena  
Nelson Maculan

Aurélio Vianua  
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reunioes: Terças-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

## ARENA

## TITULARES

José Leite  
Arnon de Melo  
Dix-Huit Rosado

## SUPLENTE

Eugênio Barros  
Jefferson de Aguiar  
José Guimard

## M D B

João Abrahão  
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio  
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reunioes: Quintas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

## ARENA

## TITULARES

José Guimard  
Vivaldo Lima  
Lopes da Costa

## SUPLENTE

Filinto Müller  
Zacarias de Assumpção  
Lobão da Silveira

## M D B

Edmundo Levi  
Oscar Passos

Adalberto Sena  
Arthur Virgílio

Secretaria: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reunioes: Terças-feiras, às 15 horas.